

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Faculdade de Ciências Sociais
Ciências Sociais

Políticas de segurança e de pacificação: os programas UPP e UPP Social

Projeto temático: *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.*

Mayara de Martini Cabeleira
Orientador: Prof. Dr. Edson Passetti

FAPESP
Novembro, 2013
SÃO PAULO

Resumo original

O projeto de iniciação científica *Cromatóforo - segurança humana e do planeta* insere-se no âmbito de pesquisas realizadas a partir do Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica. Governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle*. A pesquisa abordará as novas políticas de segurança pública implantadas na cidade do Rio de Janeiro que criam novas configurações de gerir a vida, tanto da população como do planeta, com *qualidade de vida e bem-estar social*.

Palavras-chave: *Segurança humana, cultura de paz, polícia comunitária*

Resumo do relatório

A pesquisa buscou analisar as atuais *modulações* da política de *pacificação* implantada na cidade do Rio de Janeiro, que desde o final de 2008 apresenta outras estratégias para a questão da violência, narcotráfico e conflitos territoriais. Constatou-se a adesão da Prefeitura, em parceria com o Governo Estadual, Federal e iniciativa privada, ao programa político de pacificação articulado por meio da noção *segurança humana* – desdobrada em segurança cidadã e participativa – procedente de acordos internacionais que atrelam a questão da segurança como fator essencial ao desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável. O funcionamento dessa segurança “segmentada” se realiza por meio dos programas UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), UPP Social e Operação Choque de Ordem, sendo que os dois primeiros concentraram o interesse desta pesquisa por serem os programas que compõem a política de pacificação.

Palavras-chave: *UPP, UPP Social, polícia de proximidade, segurança humana, cultura de paz.*

Sumário

Relatório de atividades	05
Relatório Científico -	
Novas políticas, outraspolícias	08
Policinando.....	17
Os indesejados: medo e insalubridade	20
Por outra configuração do espaço favela	27
Unidade de Polícia Pacificadora	37
Tecnologias de monitoramento.....	47
UPP Social e o gerenciamento de misérias	50
Desbobramentos da política de pacificação	61
Bibliografia	68
Anexos -	
Imagem 1: Complexo do Alemão.....	73
Imagem 2: Rocinha	73
Antigo site da UPP	74
Site atual da UPP	75
Site da UPP Social	76
Estatística: número de mortes e desaparecimentos após UPP	77

Relatório de atividades

Ao longo dos primeiros meses de pesquisa realizei levantamento bibliográfico, leitura e sistematização de conteúdos teóricos e analíticos. O acompanhamento do material publicado pela imprensa, com atenção especial voltada aos jornais de grande circulação – Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo – foi ininterrupto, assim como a leitura matérias publicadas em revistas, mídias eletrônicas e seleta de artigos acadêmicos.

Nesta primeira etapa, dediquei especial atenção para análise das procedências do programa de *pacificação* e dos movimentos histórico-políticos envolvendo negros e pobres que se relacionam com a atuação das autoridades ainda nos dias de hoje. Realizei levantamento sobre o funcionamento e atuação das Unidades de Polícia Pacificadora e UPP Social, obtendo assim evidências empíricas para a análise histórico-político.

Em busca de conhecer mais sobre a realidade dos moradores das favelas e dos polícias, acompanho semanalmente programas especiais montados por coletivos, instituições, fundações, ONGs, OSCIPs, empresas, frequentemente divulgados nos sites que esta pesquisa acompanha (Cf. bibliografia).

Em relação a participação em palestras e eventos, desde a construção do projeto estive presente no Colóquio *Transformações da Biopolítica*, realizado no período de 08 a 11 de outubro de 2012. Esse acompanhamento colaborou com as reflexões desta pesquisa, especialmente as mesas “Biopolítica e segurança” e “Resiliências e Resistências”. Ainda no segundo semestre de 2012, cursei a matéria optativa *Política, tolerância e Cultura de Paz* ministrada pela Prof. Dra. Salete Oliveira, que também esclareceu pontos da pesquisa, pois discutimos muito a respeito da *cultura de paz*.

Entre os dias 03 e 05 de julho 2013 acompanhei o *II Colóquio Internacional Michel Foucault: A judicialização da vida*, realizado na UERJ, Rio de Janeiro. O colóquio foi interessante para compreender algumas perspectivas do filósofo Michel Foucault que dão embasamento à analítica desta pesquisa.

No início de 2013, participei da pesquisa realizada para elaboração da aula-teatro 14 *anti-segurança* no Nu-Sol, apresentada nos dias 29 e 30 de outubro. A pesquisa foi muito relevante para esta pesquisa, pois parte do material que se desdobrou no texto da aula-teatro possui interessantes conexões para de pensar a atual busca incessante por segurança dos espaços e das pessoas.

No âmbito do Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica: Governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle* participei das pesquisas realizadas para produção dos documentários *Ecopolítica: segurança*; *Ecopolítica: direitos* (já finalizados); e *Ecopolítica: penalizações a céu aberto* (em fase de produção). Publiquei o artigo *Novas políticas, outras polícias* na sessão de textos especial para iniciação científica da Revista *Ecopolítica*, no. 5 (abril-junho). <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/16777/12539>

Em relação as minhas participações em congressos ao longo de 2013, apresentei resultados parciais desta pesquisa no *Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas* realizado entre os dias 23 a 25 de abril na UNESP de Araraquara, na XIII Semana de Ciências Sociais *Encruzilhadas da democracia* da PUC-SP realizada entre os dias 02 a 06 de setembro e no XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia ALAS Chile entre os dias 29 de setembro a 04 de outubro (**comprovantes em anexo**).

Quanto à orientação, recebi indicações de leitura e apontamentos comentados a respeito da investigação. Os encontros com o orientador foram frequentes e contei com o

apoio de pesquisadores do Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica: Governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle*, com os quais convivo dentro da universidade. Todos estiveram próximos e propiciaram troca de conhecimentos que foram relevantes à pesquisa. Ressalto que o contato com outros pesquisadores fomenta discussões e inquietações, possibilitando que o bolsista não se feche exclusivamente a sua pesquisa.

Por fim, a convivência com o Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP) instigou, por vezes, reflexões incisivas que aqui se desdobram e transbordaram para minha vida cotidiana como pesquisadora.

Relatório Científico

Novas políticas, outras polícias

O Rio de Janeiro está em ebulição. É assim que a cidade tem sido comentada frequentemente nas mídias impressas, televisivas e digitais. As mídias preparam edições especiais dedicadas a discutir as mudanças que a cidade está passando por conta também dos futuros mega-eventos agendados e dos que planeja sediar. Entre eles estão a Copa Mundial de Futebol de 2014 e ao Jogos Olímpicos de 2016. Entre os que já ocorreram recentemente estão: os Jogos Mundiais Militares em 2011, a Rio+20 em 2012, e a Copa das Confederações de Futebol e a Jornada Mundial da Juventude neste ano.

Os mega-eventos exigem preparação específica da cidade do Rio de Janeiro para recebê-los e esta faz com que cada vez mais a cidade se torne um lugar procurado por investidores que buscam encontrar segurança neste espaço para seus empreendimentos, pequenos ou grandes. Dos morros até chegar ao mar, estão programadas reformas e construções que vão de infraestrutura a programas e projetos de desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentáveis. Começando no mar com o Porto Maravilha, avança-se nas areias das praias e no asfalto com a Operação Choque de Ordem e chega-se aos morros com programas como Morar Carioca, PAC 2 e UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), além dos incontáveis projetos sociais, hoje articulados nas favelas tidas como *pacificadas* por meio da UPP Social. Essa composição procura fazer da cidade do Rio de Janeiro um polo atrativo para investimentos.

Na crista dessa onda: as favelas. Muitos investidores temiam antes da *pacificação*, marcada pela presença da UPP, aproximarem-se dos morros cariocas para concretizarem

seus empreendimentos devido a violência atribuída ao narcotráfico ali estabelecido há décadas. Com os territórios, agora considerados *pacificados*, confirma-se a possibilidade de novos negócios e comemora-se o sucesso do empreendimento.

A questão do narcotráfico presente nas favelas do Rio de Janeiro desde a década de 1960, todavia, esteve ligada a uma questão de segurança (Rodrigues, 2004: 214-239) e vinculada ao que a mídia chama de *guerra urbana*, por conta da violência do tráfico estar conectada ao consumo de drogas e sem considerar que o financiador do narcotráfico é o proibicionismo. Assim, “o combate ao tráfico de drogas será o alvo para a restauração da favela” (Passetti, 2013: 107), fazendo com que milhares de clamores por soluções eficazes à questão traduzam-se em programas de segurança destinados às polícias do Estado, à polícia sem farda e bem armada do tráfico e a ONGs, fundações, instituições, igrejas, etc. que também tem por função a de contemporaneamente policiarem.

Aos poucos a segurança se segmentou¹, podendo-se dizer que a fração atuante a partir de 2008 nas favelas do Rio de Janeiro é a *segurança humana*. Esta não tem só por finalidade reduzir os índices de violência e prevenir os conflitos territoriais entre diferentes grupos organizados do tráfico e desses grupos com a polícia, mas caracteriza-se também, e primordialmente, por buscar combater a pobreza, a desigualdade e a injustiça social, levando em conta os direitos humanos². O conceito de segurança humana

foi construído pelo indiano Amartya Sen, representante da Comissão de Segurança Humana da ONU e prêmio Nobel em Economia, e introduzido

¹ Hoje, encontramos variados segmentos de segurança, para citar alguns: segurança nacional, pública, privada, alimentar, jurídica, humana, cidadã, hospitalar, virtual, residencial, social, orgânica, patrimonial, urbana, econômica, do trabalho, da informação, do paciente e do meio ambiente (Cf. resultados encontrados da palavra-chave “segurança” no site da ONU Brasil, disponível em <http://www.onu.org.br/index.php?s=seguran%C3%A7a&x=-1155&y=-582>).

² Cf. Segurança Humana e a Paz no Brasil. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/social-and-human-sciences/human-security-and-peace/>> Acessado em 06/06/2013.

por Sadako Ogata, presidente da Comissão, por meio de Relatórios para o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas - PNUD em 1994. Garantir a segurança humana significa proteger as liberdades vitais, proteger as pessoas expostas a ameaças ou situações críticas, desenvolvendo seus pontos fortes e procurando realizar as suas aspirações. Significa também criar sistemas que proporcionem às pessoas os elementos básicos de sobrevivência, dignidade e meios de subsistência³.

A elaboração deste conceito justifica intervenções militares em nome da proteção das populações, tanto as intervenções humanitárias transterritoriais, realizadas pela comunidade de Estados; quanto uma combinação de coerção para pacificar um território considerado sem a presença do Estado ou então ocupado pelos chamados governos paralelos, no qual a população não tem seus direitos humanos resguardados ou protegidos, intervenção como a que acontece atualmente com as favelas cariocas (Rodrigues, 2013).

Procedências da segurança humana aparecem nos acordos internacionais que ganharam intensidades na década de 1990 com preocupações voltadas aos cuidados com o meio ambiente entre países desenvolvidos e emergentes. Embaladas nas discussões ambientais, as preocupações para além da vida *do* planeta podem ser observadas tanto quanto as preocupações com a segurança da vida *no* planeta. Em movimentos de corrente *eco*⁴, é possível notar a presença de discussões referentes à recuperação e manutenção da *qualidade de vida* em um planeta que deve atingir o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável e, em nome da segurança humana, cultivar uma *cultura de paz*, caracterizada por valores e comportamentos tolerantes.

³ Disponível em <<http://www.projetosegurancahumana.org/segurancahumana.php>> Acessado em 03/02/2013.

⁴ Esses movimentos se desdobram em cartilhas e documentos oficiais que são amplamente divulgados. Entre os que estão diretamente relacionados ao meio ambiente, destacam-se a *Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento* (1992), *Agenda 21* (1992), *Carta da Terra* (2000) e *O futuro queremos – Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável* (2012). Para uma apreciação de como novas diretrizes reverberam no governo das condutas, primordialmente de crianças e jovens, ver Oliveira, 2007.

Em busca de um planeta seguro e população assegurada, uma diversidade de cartilhas e recomendações surge no cenário das políticas globais. Essas sugestões aos governos se desdobram em mais cartilhas e recomendações, que passam a ser elaboradas localmente. Dos novos modelos de conduta proclamados, são estruturados múltiplos programas direcionados a cada situação local entendida pelas autoridades como problema, de acordo com os princípios de condutas articulados. Disso procede uma nova política com novas polícias.

A segurança proporcionada pelas instituições a ela destinada cedeu lugar ao sistema de segurança por monitoramento, privatizações de proteção a exércitos, polícias de variedades repressivas e sociais, incógnitas ou visíveis (com preponderância destas), instituindo um sistema de visibilidade jamais alcançado pelo panóptico: o sistema funciona porque cada um também se transforma em polícia um do outro (Passetti, 2011:77).

Em relação às recomendações globais, sucederam-se muitos encontros de autoridades dos países desenvolvidos e também dos chamados em desenvolvimento para se pensar em ações que promovessem a sustentabilidade e preservação do meio ambiente. Mais tarde, articulou-se a isso estratégias de erradicação da pobreza, diminuição da violência e promoção da cidadania e da *cultura de paz*.

Desses encontros e seus documentos com recomendações que habitualmente compõem os relatórios finais, como, por exemplo, a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida em 1992 no estado do Rio de Janeiro, ou Eco 92, como ficou conhecida, que realizou um balanço dos problemas sociais e ambientais da época e resultou em documentos que ainda hoje são de grande visibilidade, como a *Carta da Terra* e a assinatura da *Agenda 21 brasileira* que traçaram um plano de ação em busca de qualidade de vida, nos quais saúde, educação e segurança estão em jogo.

O tema da segurança é sempre tratado como problema a ser resolvido junto com a sociedade civil; isso pode ser observado ao longo de uma das recomendações exposta na Agenda 21 Brasileira, que procura situar em grande medida a necessidade de participação da sociedade civil para atingir seus objetivos, isso pode ser notado, para situar um exemplo, em relação ao desarmamento:

reverter a tendência ao aumento da violência com ações e campanhas de desarmamento a serem realizadas com participação da sociedade civil, em sintonia com as instâncias responsáveis pela segurança pública e com a convergência de medidas dos três níveis de governo (*Agenda 21 Brasileira*, 1992: 30).

Promover “uma cultura de tolerância, não violência e paz” para “desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não provocativa da defesa e converter os recursos militares em propósitos pacíficos...” (*Carta da Terra*, 1992: 07) é outro dos tantos objetivos globais disseminados, mas é o principal a ser atingido.

Outros dois documentos com recomendações consideradas importantes pelas autoridades foram elaborados no ano de 2000 na intenção de transformar a realidade social. O *Manifesto 2000 UNESCO - Por uma Cultura de Paz e Não Violência* e a *Declaração do Milênio das Nações Unidas*. O primeiro foi resultante de um movimento que buscou promover a conscientização individual e coletiva da sociedade civil por uma *cultura de paz* a partir de práticas não-violentas, “rejeitando a violência sob todas as suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular contra os grupos mais desprovidos e vulneráveis como as crianças e os adolescentes” (*Manifesto 2000 UNESCO – Por uma Cultura de Paz e Não-violência*). O segundo, estabeleceu metas para suprir necessidades humanitárias e do planeta no novo milênio, conforme afirma o Secretário-Geral das Nações Unidas: “os líderes (...) pediram o reforço das operações de paz das Nações Unidas, para que as comunidades vulneráveis possam contar conosco nas horas difíceis. E pediram-nos

também que combatêssemos a injustiça e a desigualdade, o terror e o crime...” (*Declaração do Milênio das Nações Unidas*).

Desde então, o Estado desenvolve modulações políticas de segurança – entendendo por modulação aquilo que já não é somente um molde com fronteiras demarcadas ou um modelo fechado definido, mas sim “uma moldagem auto deformante que [muda] continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro (Deleuze, 1992: 225) –, a partir do conceito de *cultura de paz*, a fim de proporcionar o que se afirma como melhorias na vida *do e no* planeta.

A cultura de paz está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não violenta dos conflitos. É uma cultura baseada em tolerância e solidariedade, uma cultura que respeita todos os direitos individuais, que assegura e sustenta a liberdade de opinião e que se empenha em prevenir conflitos, resolvendo-os em suas fontes, que englobam novas ameaças não militares para a paz e para a segurança, como a exclusão, a pobreza extrema e a degradação ambiental. A cultura de paz procura resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis (UNESCO. *Cultura de Paz: da reflexão a ação*, 2010: 11).

A *cultura de paz* é largamente disseminada, e a partir das recomendações expostas em diretrizes internacionais, autoridades estatais passam a designar compromissos locais para cada município até chegar um momento em que não seja necessário ser “cobrado” por isso quando esses programas se transformarem em responsabilidade social que todos passam a querer demonstrar ter. A promoção da responsabilidade individual, coletiva e empresarial se desdobra em infindáveis projetos e programas recomendáveis relativos a como construir cidades justas, democráticas, sustentáveis e seguras. No Brasil, programas como Convivência e Cultura de Paz⁵, Rio Cultura de Paz - cidadania com segurança⁶ e

⁵ Programa do Instituto Pólis que pretende ser “polo formulador e irradiador de criação e de compartilhamento de conhecimentos, práticas e políticas públicas de convivência e Cultura de Paz” (*Convivência e paz* <<http://convivenciaepaz.org.br/>>).

Viva Rio⁷ são alguns deles na promoção dessa *cultura de paz* que responsabiliza a ação de cada indivíduo como aquilo que faz a diferença para a coletividade e vida *do* planeta.

As nações de todo o mundo reconheceram a noção de “Direitos Humanos”, agora é chegado o momento de introduzir o conceito de “Responsabilidades Humanas”. A cooperação internacional e a governança mundial são impensáveis se não houver certa aceitação de ideias e princípios universais que, independentemente de sua origem, podem ser benéficos para a humanidade, para as formas de vida não humanas e os ecossistemas (*Carta das responsabilidades humanas*, 2007).

Atualmente, o Brasil é considerado por autoridades internacionais um país engajado nas discussões de segurança e provedor das recomendações expostas no *Manifesto 2000 UNESCO*. Esse posicionamento é visto como positivo, como atestam os relatórios produzidos sobre o andamento dos compromissos acordados durante a V Cúpula das Américas⁸, e como pode ser notado, com frequência, nas aberturas de documentos oficiais que trazem a discussão.

Nessa perspectiva, não só a promoção de uma cultura não violenta inserida no programa da *cultura de paz*, como também a segurança humana, aparece como recomendação frequente em cartilhas e assuntos levados como prioridade pelas autoridades, de maneira que esse tipo de segurança seja promovido não somente pelo Estado, mas também por indivíduos cidadãos que participem do jogo de compromissos e façam funcionar os dispositivos das atuais modulações de segurança. Assim, a segurança humana

⁶ Pertence ao PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania) e está sob a responsabilidade da SEASDH (Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos). Seus projetos têm por objetivo construir e fortalecer as redes sociais de prevenção e enfrentamento às violências, “em favor de jovens e adolescentes sob risco de envolvimento com o crime ou conflito com a lei. (...) O conjunto do Programa tem por base a difusão da prática dos valores de uma Cultura de Paz entre os participantes diretos e suas comunidades” (*Rio Cultura de Paz, cidadania com segurança* <<http://rioculturadepaz.com.br/>>).

⁷ É uma organização “comprometida com a pesquisa, o trabalho de campo e a formulação de políticas públicas com o objetivo de promover a cultura de paz e a inclusão social” (*Viva Rio* <<http://vivario.org.br/>>).

⁸ Relatório Nacional da República Federativa do Brasil sobre a implementação dos compromissos emanados na V Cúpula das Américas, Brasil: 2010.

se desdobra em segurança cidadã, aparecendo como um Programa Conjunto da ONU com o objetivo de expandir o processo de articulação de todas as forças da sociedade e formas de governo no combate à criminalidade. Funciona de modo que cada representante das forças da sociedade se prontifique a ser corresponsável nos planejamentos e controles de operações, assim como do desenvolvimento de técnicas de prevenção, mediação, negociação e investigação de conflitos sociais e crimes. O cidadão ocupa o centro do conceito de segurança.

O conceito refere-se a uma ordem democrática, que atua na prevenção às ameaças de violência na população e permite a convivência segura e pacífica. Implementar este conceito em uma localidade significa, desta forma, observar os aspectos multicausais da violência e atuar de forma integrada. Ou seja, a violência não é considerada apenas uma questão de polícia, pois vai desde a violência incidental até o crime organizado, e as ações necessárias para reduzi-la também deverão ser abrangentes, indo da prevenção ao controle (*Programa Conjunto da ONU Segurança com cidadania - O conceito de segurança cidadã*).

No Brasil, uma série de programas passam a se voltar para a questão da segurança humana e a partir desse momento, estratégias de participação e monitoramentos ininterruptos são direcionadas às populações e ambientes classificados, primordialmente, como *vulneráveis*, e como tal funciona a atual política de pacificação na cidade do Rio de Janeiro.

Nos dias de hoje, a *vulnerabilidade* se apresenta como um eufemismo que atualiza a caracterização do delinquente, para avaliar e julgar cada condição de vida dos jovens (AUGUSTO, 2013: 74). A vulnerabilidade é um

Conceito médico-biológico, proveniente do modelo médico da peste ligada à contenção do risco ao contágio, baseado na estratégia do modelo militar de esquadramento do espaço. (...) O deslocamento atual do conceito de vulnerabilidade, vinculado a programas e políticas de segurança, responde ao gerenciamento de populações construídas como duplamente vulneráveis, expostas ao risco da violência, equalizando pela seletividade o duplo vítima-criminoso, inerente ao sistema penal. Sua operacionalização, na sociedade de controle, provém de resultados de

pesquisas voltadas ao combate à pobreza, no início da década de 1990, e baseia-se na qualidade de vida, articula a educação voltada à responsabilidade social (NU-SOL, *Verbetes: Vulnerabilidade*).

O conceito passou a ser utilizado pelo Banco Interamericano para o Desenvolvimento a partir de 1998 e, desde então, com uma “metodologia de abordagem para criação de estratégias de redução de pobreza” (AUGUSTO, 2012: 74), produziu um índice frequentemente usado nos dias de hoje como referência para elaboração de ações sociais no âmbito das políticas de segurança. O índice identifica regiões que contenham pessoas suscetíveis à prática de atos violentos ou mesmo incapazes de lidar com eles.

O conceito também é utilizado em grande medida em análises socioambientais que mapeiam territórios que apresentam riscos ambientais ou mesmo más condições para uso. Amplamente presente em projetos que visam melhorar o espaço público, especialmente de favelas, identificar vulnerabilidades é pressuposto, como no caso do Mapeamento de Riscos Socioambientais elaborado por jovens moradores de favelas cariocas. Este mapeamento foi realizado com apoio da Plataforma dos Centros Urbanos da Unicef nas favelas Prazeres, Macacos, Borel, Rocinha e Urubu (escolhidas por serem regiões que afetadas pelas fortes chuvas de abril de 2010). Para elaboração do mapeamento, 111 jovens foram convocados a participar. O instrumento utilizado para a realização foram pipas com câmeras digitais acopladas e smartphones, ambos os aparelhos conectados à internet para georreferenciar com fotos os locais de habitação precária, áreas de risco de deslizamento, acúmulo de lixo, ausência de saneamento básico, más condições de ruas, escadas e calçadas, condições impróprias de moradia, falta de iluminação e condições inadequadas da fiação elétrica. Ou seja, quase tudo que é uma favela. É preciso entender por quê o representante da Unicef no Brasil afirmou ser importante contar com dados dos lugares onde esses jovens vivem para

pensar como a Unicef e seus parceiros podem ajudar a melhorar as situações de vulnerabilidade⁹. A resposta pode ser só uma palavra: investimento.

Policinando

Governo municipais, estaduais e o federal, junto ou separado de empresas, ONGs, fundações, instituições, etc. não cessam em reproduzir materiais, documentos, cartilhas e elaborar projetos e programas em torno de um futuro seguro e cultivador da paz. Pouco se fala de modo crítico sobre a questão da segurança. Hoje, a segurança

Organiza-se em torno das novas formas de penalidade e se propaga amplamente pretendendo gerar uma sensação de segurança em cada cidadão na vida cotidiana, no trabalho, na saúde, no lazer, nas relações, na cidade, mas também expressa a necessidade de crer em guerras justas, defesa territorial de estranhos e estrangeiros, combate a forças internas em nome da paz diante da ameaça da guerra civil. A segurança depende do desejo de cada um de dispor sua vida à condução de outrem. A segurança corresponde à seletividade de um poder que não suporta o sedicioso, o rebelde, o nômade, o indócil, fazendo funcionar dispositivos penais, de controle, integração e adesão a qualquer forma de governo (NU-SOL, *Verbetes: Segurança*).

Na perspectiva de Michel Foucault, a segurança do Estado moderno funciona de acordo com a Razão de Estado, na busca pela prevenção de guerras entre Estados e combate a ameaça à paz interna. A racionalidade política é caracterizada pela “integração dos indivíduos em uma comunidade ou em uma totalidade [como] resultado de uma relação permanente entre uma individualização cada vez maior e a consolidação desta totalidade” (FOUCAULT, 1994), desenvolvida no curso das sociedades ocidentais. Como para Foucault, o poder será sempre da ordem do governo, ou seja, da condução de condutas, a Razão de Estado por ele equacionada se desenhou entre dois grandes saberes ou tecnologias políticas: a tecnologia diplomático-militar (que procura alianças e fortalecimento do

⁹ Disponível em <<http://uppsocial.org/2012/03/jovens-mapeiam-riscos-em-suas-comunidades/>> Acessado em 22/08/2013.

exército) e a polícia (buscado fortalecer o Estado desde seu interior). Levando em conta essa perspectiva histórico-política de Foucault relativa à emergência da polícia afirma que o objeto da polícia é a vida – a polícia engloba tudo, desde as relações entre os homens e suas relações com as coisas até suas relações de propriedade, produção e comércio. Desta maneira, Razão de Estado junto com a polícia serão relevantes na construção do que Foucault chamou de *biopolítica*.

A biopolítica é uma tecnologia de poder que produz, gradualmente, a partir de um biopoder, sem descartar as disciplinas, e preocupa-se “com as relações entre espécie humana, os seres humanos enquanto espécie, enquanto seres vivos, e seu meio, seu meio de existência” (Foucault, 2010a: 206). Anteriormente à análise do biopoder, o autor trabalhou com a noção de Sociedade Disciplinar na qual o poder se exercia ainda de outra maneira, “esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos polos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento, paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimento de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano (Foucault, 1988: 151).

Thiago Rodrigues (2013) situa como o dispositivo de polícia juntamente com o diplomático-militar são fundamentais à constituição e gestão do Estado moderno, por funcionarem como um só *dispositivo de segurança* segundo indicações de Foucault. No entanto, o dispositivo de polícia apresenta uma regulamentação meticulosa das condutas que nesse sentido seria então uma atualização da regulação, “anunciando a emergência de

um dispositivo de segurança planetário que poderia ser chamado de dispositivo *diplomático-policial*” (Rodrigues, 2013: 139).

Se no surgimento do sistema de Estados, o dispositivo de polícia era voltado para dentro das fronteiras e o diplomático-militar para fora, na sociedade de controle, o dispositivo diplomático-policial atravessaria as fronteiras, articulando missões de estabilização, intervenções militares, atuação de ONGs, aplicação de programas de segurança e pacificação que se retroalimentam entre missões da ONU e projetos de segurança nacionais (como o caso da utilização de tropas brasileiras veteranas da MINUSTAH na composição de parte da Força de Pacificação nos Complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, entre 2010 e 2012; ou como a atuação da ONG carioca Viva Rio atuante no Haiti desde 2004, a convite da ONU, em programas de desarmamento, de segurança comunitária, de incentivo ao esporte e de preservação ambiental, entre outros) (Idem: 155).

Contudo, há outro elemento importante nas relações entre os dispositivos. Trata-se da maneira de governar, a governamentalidade. Esta não deixa de lado a relação do sujeito consigo, e tem como alvo principal a população, por forma a economia política e os dispositivos de segurança como seu instrumento técnico. A governamentalidade é aquilo que conduz as condutas e o bom governo do Estado, é aquilo que então também passa a ser denominado como polícia.

Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade. Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São astúcias de governo que permitem definir a cada instante o que deve ao não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido como base nas táticas gerais da governamentalidade (FOUCAULT, 2012: 430).

Se as primeiras competências do Estado eram a guerra e a paz (em busca de justiça) e pouco depois a manutenção da ordem e organização da riqueza, no século XVIII acrescenta-se uma nova função: fornecer bem-estar, saúde e longevidade à população. A

partir dessa nova envergadura, a doença dos pobres insere-se no problema geral das populações, inaugurando o que Foucault chamou de polícia médica. A medicalização dos espaços pretende uma nova configuração do território, surgindo, então, as chamadas políticas higienistas que chegam ao Brasil ainda no período imperial.

O conceito de limpeza, de higiene como limpeza, ocupa um lugar central em todas essas exortações morais sobre a saúde. São abundantes as publicações que insistem na limpeza como requisito para gozar de boa saúde, ou seja, para poder trabalhar a fim de que os filhos sobrevivam e, por sua vez, assegurem o trabalho social e a produção. A limpeza é a obrigação de garantir uma boa saúde ao indivíduo e àqueles que o rodeiam (Foucault, 2010b: 169).

Foucault mostrará como esse conceito foi invertido mais tarde pelo “direito de estar doente” em meados do século XX com o aparecimento do Plano Beveridge de onde emerge a obrigação do Estado em financiar e assegurar a saúde de cada um, convertendo o corpo humano em objeto principal de intervenção do Estado. Contudo, o que ainda estava em jogo no fim do século XIX e início do século XX na cidade do Rio de Janeiro era a limpeza como garantia da boa saúde de uns e, para atingi-la políticas de higienização foram aplicadas nos espaços e sobre pessoas classificadas como perigosas à saúde de outras.

Os indesejados, medo e insalubridade

No período em que o Rio de Janeiro sediou a capital do Império, não se notava ali características das civilizações europeias, a cidade “era precária, malcheirosa, provinciana, suja e descuidada” (BUENO, 2003: 137). O cenário era de uma população negra submetida a uma minoria branca. Com a mesma excitação que os brancos dominavam os negros, eles também os temiam – pela violência, libido e insalubridade que na perspectiva da elite essa população continha. Esse medo de outrora emerge com a Revolta dos Malês, em 1835, na

Bahia, onde negros instruídos pela crença e cultura islâmica lutaram com vitalidade contra seus senhores por liberdade religiosa. Segundo Vera Malaguti Batista (2010), essa revolta mostrou certo potencial de resistência e organização dos negros que deixou muitos senhores de escravos amedrontados. Esse potencial dos negros começou a disseminar a ideia de que os negros eram perigosos e rapidamente esse medo espalhou-se entre a população branca do país. Um medo que persiste nos dias de hoje.

O caminho que Batista segue para expor o desdobramento desse medo forjado durante o Império, mostra como esse sentimento se transformou em uma estratégia que viabilizou e ainda viabiliza políticas autoritárias de controle na cidade do Rio de Janeiro.

As inquietudes, os desassossegos e os transbordamentos fazem parte da aventura urbana. Não ter medo do imprevisível que a cidade sempre revela. Estar contra as purificações, as reproduções do disciplinamento e a arquitetura obsidional entre guetos, prisões e fortalezas, deixar emergir o nomadismo, o movimento, a diversidade que faz a diferença (...). Romper com a simbiose da cidade com a prisão ou de partes da cidade como prisão (BATISTA, 2010: 05).

Com a Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, os 723.719 escravos oficialmente existentes no país foram libertos. O respiro de liberdade dos corpos habituados com o mando, onde a recusa fora sinônimo chicotada e muita tortura, foi rapidamente trocado por migalhas – muitos foram comprados pelos mesmos senhores de quem foram antes escravos oficiais. A insuportável escravidão, que se deteriorava antes mesmo da Lei Áurea, se tornou em muitos casos em repugnante servidão. Enquanto isso, outros optaram pelo risco de ir embora como já o fizeram no passado organizando quilombos e não encontrar nada pelo caminho. Foram corajosos homens, mulheres e crianças que conheceram de perto a chibata e migraram para as grandes cidades, especialmente Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. No ano seguinte à abolição, em 15 de novembro de 1889, ocorreu a Proclamação da República e junto com ela uma luta entre o

antigo regime monarquista e a nova ordem republicana se anuncia nas mais variadas formas, sendo o ano de 1893 marcado intensivamente por manifestações antirrepublicanas (Ibidem: 254). Entre a Revolução Federalista, a guerra civil desencadeada no Rio Grande do Sul e a Revolta Armada muito sangue jorrou, além da inigualável destruição ocorrida em Canudos (1896-1897).

Concomitante a este período, o Brasil passou também a ser um imenso receptor de imigrantes europeus, sendo que “de 1886 a 1914 quase três milhões de estrangeiros vieram para o Brasil na tentativa de ‘fazer a América’” (Bueno, 2003: 264). Para além das promessas de uma vida melhor em um país que ascendia economicamente, essa intensa imigração foi também incitada “pelo oferecimento gratuito de transporte para a família de trabalhadores europeus”, favorecimento que tinha por finalidade “suprir a demanda de mão-de-obra nas lavouras, principalmente de café” (Lopreato, 2003: 75). Negros livres e soldados que retornavam das lutas armadas somados a chegada de imigrantes no país e aos próprios brasileiros que se deslocavam para a capital federal em busca de melhores condições de vida, ou mesmo de sobrevivência, formavam um contingente populacional que chegava ao Rio de Janeiro à procura de trabalho e moradia. Neste momento, a cidade era um grande polo cultural e industrial, sediava diversas instituições importantes, possuía a maior rede ferroviária do país e oferecia um amplo mercado consumidor. Como a área central da cidade era o ponto onde de se concentravam as oportunidades de trabalho, foi também ali onde grande parte dessa população recém-chegada passou a residir. A constante chegada de indivíduos ao Rio de Janeiro e a necessidade de moradia a baixo custo para esses trabalhadores, fez com que a elite burguesa residente na região central aos poucos migrasse em direção dos bairros mais ao sul e a oeste da cidade, o que propiciou uma

configurações das áreas centrais com grandes habitações coletivas, conhecidas como cortiços (Vaz, 1994).

A densidade demográfica nesses cortiços aumentou muito no início do século XX e os números divulgados como “alarmantes” passam a incomodar cada vez mais representantes da oligarquia, republicanos radicais e teóricos do embranquecimento da raça. Esses grupos alegavam que essas habitações coletivas deformavam a paisagem da cidade. A partir dessa representação dos perigosos, essas aglomerações localizadas no centro do Rio de Janeiro se transformaram em um grande impasse à tentativa da burguesia em conceder características estéticas européias à cidade e rapidamente surge o discurso higienista afirmando que os cortiços eram

a causa da insalubridade, e por esse motivo foram condenados a desaparecer, substituídos por habitações higiênicas. Neste combate às moradias populares insalubres destacaram-se certos agentes sociais: por um lado, o Estado, atuando através da restrição à construção de novas moradias, da imposição de normas higiênicas e da intervenção direta (fechamento de cortiços); por outro, os empresários do nascente setor imobiliário, que introduziriam novo padrão de edificação no Rio de Janeiro (Vaz, 1994: 583-584).

Para resolver esse impasse dos cortiços, o então presidente da república, Rodrigues Alves, sancionou uma lei que alterou a organização municipal do capital federal e, a partir de 1903 inaugurou um programa de obras que daria uma estética cosmopolita à cidade do Rio de Janeiro, deixando a cidade “mais limpa”. Para tanto, Alves sancionou leis que impossibilitavam a construção de novas habitações na região central da cidade e proibiu reformas nas antigas, em grande parte formada por cortiços, além de conceder aval para demolição das habitações coletivas (Bueno, 2003). Aos poucos, a população do Rio de Janeiro é varrida do centro da cidade.

Estas *reformas* urbanas causaram “a expulsão da população pobre moradora dos cortiços para os morros e as periferias” (Santos, 2002: 33). Mas o contingente populacional não cessou, muito pelo contrário, aumentava numa velocidade progressiva e os escravos libertos, ex-soldados dos confrontos armados e imigrantes compuseram a população¹⁰ que colaborou com o processo de favelização nas encostas dos morros cariocas¹¹. A *faxina* realizada durante o governo de Rodrigues Alves na região central do Rio de Janeiro teve como resultado a migração de uma parte da população para uma região mais periférica, o que propiciou a consolidação e crescimento vertiginoso das favelas nos morros ao longo das décadas.

Ainda no âmbito das práticas de higienização aconteceu a Revolta da Vacina. Seu estopim ocorreu em novembro de 1904, quando a maior parte da população de classe média e baixa se recusou a cumprir a lei que tornava a vacinação contra a varíola obrigatória. Em resposta à recusa popular, a força do Estado, representada pelas Brigadas Sanitárias que eram acompanhadas pela polícia, iniciou um processo de invasão de residências da população para vacinar obrigatória e forçosamente os moradores. Não demorou muito para a população ir às ruas. No dia 14 de novembro, a Escola Militar da Praia Vermelha se uniu ao povo sublevado, tornando evidente que naquele momento não estava em jogo somente a revolta contra a vacina, mas também a inflação arbitrária, o achatamento salarial, o aumento dos aluguéis e, principalmente, o projeto elitista que estava remodelando o centro do Rio de Janeiro. Em meio ao embate, Rodrigues Alves conseguiu o apoio de militares leais ao governo e instaurou a repressão à revolta; posteriormente, decretou estado de sítio

¹⁰ No período de 1890-1906 a população do Rio de Janeiro cresceu 2,84% anualmente, isso reflete diretamente no aumento da densidade domiciliar – passando de 7,3 para 9,8 pessoas por moradia (Ribeiro, 1997).

¹¹ A favela só é oficialmente reconhecida como “fenômeno urbano” na década de 1940 (Vaz, 1994).

por um mês. Diante do chamado uso da exceção, Alves aproveitou as prerrogativas do regime para prender e enviar, por meio de embarcações navais, ao Acre não só aqueles que participaram do motim, mas também outros possíveis incômodos à elite burguesa como desempregados, estrangeiros, desvalidos e moradores de cortiços, vistos como agentes causadores de insalubridade (Bueno, 2003).

Em meio aos indivíduos que incomodavam a elite burguesa, além dos pobres e escravos, estavam os estrangeiros considerados subversivos da ordem política, moral e social. Foram então classificados pelas autoridades da República Velha (1889-1930) como “hóspedes ‘perigosos’ e ‘indesejáveis’”, entre eles, “destacavam-se os anarquistas estrangeiros” (Lopreato, 2003: 77). Esses anarquistas articularam, junto com operários, diversas estratégias de protesto que se caracterizavam, muitas vezes, como ação direta¹² – o que provocou forte repressão do Estado sobre esses corpos “perigosos”.

Movimentos de protesto contra a carestia de vida, contra as precárias condições de moradia, contra a exploração do trabalho, em especial das mulheres e das crianças, organizados e orientados pelos libertários, foram se tornando mais frequentes a partir da virada do século XX. As reivindicações operárias ganharam as ruas, ultrapassando os muros do espaço privado das fábricas. Greves e passeatas foram se incorporando ao cotidiano das principais cidades do país agitando o cenário social brasileiro. (...)A repressão não se fez esperar e voltou-se, prioritariamente, contra os chamados “hóspedes indesejáveis” considerados pelas autoridades elementos nocivos ao país pelo poder demonstrado em provocar agitações colocando em xeque a ordem pública, um dos pilares do regime republicano. Em 1893, quando da divulgação das primeiras notícias sobre a presença anarquista no Brasil, medidas repressivas foram tomadas contra o “delito de anarquismo” atingindo, em especial, os militantes estrangeiros (Idem: 78-79).

Da mesma maneira que o discurso de higienização fomentou o deslocamento da população dos cortiços em nome da saúde pública, os anarquistas foram classificados como

¹² Ação direta são atos voltados contra a autoridade, ação direta “é antirrepresentativa, antiprogramática, antidiplomática. Uma recusa que não é necessariamente violenta, que não deve ser confundida com agressão ou baderna, mas que inflama por agitar passividades, anunciar novos combates, antecipar enfrentamentos, escancarar a vida” (Nu-sol, *hypomnemata* 121).

“corpo estranho, invasor e contaminador do corpo social” (idem: 82) e outro alvo dessa linguagem médico-sanitária que atrelou comportamento às doenças em geral, do corpo e do corpo social. Nesse contexto, as leis de expulsão¹³ desses estrangeiros vistos como perturbadores da ordem foram promulgadas e aplicadas, ainda mais enérgicas

nos períodos em que manifestações de protesto e de reivindicações dos trabalhadores tomavam as ruas das principais cidades do país. Os anos de 1907 e 1913, por exemplo, marcados pela deflagração de greves principalmente no eixo Rio-São Paulo, resultaram em processos de expulsão dos militantes anarquistas estrangeiros que mais se destacaram na orientação dos movimentos grevistas. Em 1917, a nova onda de greves que assolou o país também trouxe consigo nova leva de expulsões (Idem: 85).

Todas essas formas de extermínio pautadas no discurso médico-sanitário, ou seja, da polícia médica, buscavam aniquilar tanto os “indesejáveis” considerados perigosos no âmbito político quanto eliminar as habitações coletivas insalubres habitadas pelos “indesejáveis” e pobres que poluíam a estética da cidade. No entanto, essa estratégia política de eliminação da pobreza pautada no princípio de higienização proporcionou o surgimento e crescimento das favelas.

As constantes tentativas de *varrer* aquilo que suja a cidade não cessou e em alguns momentos foram mais intensas. Nos anos 1930, Getúlio Vargas “retomou a temática higienista que atribuía a propagação de inúmeras doenças às más condições sanitárias das moradias populares” (Valladares, 2005: 50). Nesse caso, não com a pretensão de dar fim a esses indivíduos, mas em dar continuidade e força à política clientelista articulada no cenário brasileiro. Já durante a ditadura civil-militar de 1964 a 1985, ocorreram diversas tentativas de remoção desses territórios considerados degradados e muitos indivíduos foram

¹³ Entre as diversas leis de expulsão dos imigrantes “perigosos”, destaca-se o Decreto nº 4.269, assinado em 17 de janeiro de 1921 pelo então presidente da República Epitácio Pessoa, que regulou a repressão ao anarquismo. Em Decreto assinado dias antes, regulamentou-se também o impedimento de desembarque dos “indivíduos considerados nocivos à saúde (doentes), à moral (prostitutas) e à economia (velhos, mendigos e aleijados)” (Lopreato, 2003: 87-88).

expulsos dos morros cariocas para abrir espaço à expansão industrial ou ao embelezamento da cidade (Bueno, 2003).

Em suma, ocorreu em meio aos variados impasses acima expostos, a constituição das favelas cariocas como modelo de habitação que no decorrer das décadas permaneceu marcada pela falta de recursos e pela presença de uma população negra, pobre e indesejada, que causava e ainda causa o pânico urbano.

Por outra configuração do espaço favela

Ao longo de décadas, as favelas do Rio de Janeiro expandiram territorialmente e cresceram em população. De acordo com Lícia Valladares que estudou os fenômenos de favelização desde os anos 1970, o crescimento demográfico do Brasil foi

espetacular entre os anos 1959 e 1980, na medida em que a população do país passou, em 30 anos, do predomínio rural (pelo recenseamento de 1950, 64% da população ainda moravam no campo) ao predomínio urbano (pelo recenseamento de 1980, 68% da população já moravam nas cidades). O crescimento urbano, daí resultante, foi explosivo – a população das cidades multiplicou-se por 4,2 entre essas duas data – principalmente através do crescimento das favelas, dos loteamentos periféricos sem qualquer infra-estrutura e da expansão dos cortiços, conferindo ao fenômeno da pobreza urbana uma amplitude sem precedentes (Valladares, 2005: 126).

No decorrer de décadas de existência, a palavra favela se transformou em um grande vocábulo pejorativo cuja pronúncia é praticamente sinônimo de preconceito e indelicadeza. Sobre quem, de fato, tornou o termo pejorativo não há referências precisas¹⁴,

¹⁴Ative-me em pesquisar essa mudança no âmbito das Ciências Sociais em busca de encontrar um momento em que a este termo passou a ser assim entendido, entretanto, não encontrei bibliografia que trate sobre isso. Acredito que diante da imediata associação da palavra favela com uma região pobre, a mídia passou a reproduzir o discurso dos próprios moradores das favelas que encontraram um termo para mostrar que apesar de pobres, eles também podiam ser felizes em suas *comunidades* – esse termo é usado pelas associações de

mas tendo conhecimento das condições habitacionais da favela basta o bom senso para entender o sentido torpe, desagradável e depreciativo da palavra. Mas será que, na atualidade, ao deixar de usar o termo favela para designar o que conhecemos como favela, modifica também o que entendemos por ela¹⁵? Estará em jogo *ressignificar* a palavra favela para dar visibilidades aos novos arranjos nesse ambiente, ou seja, caracterizar uma nova configuração para outra gestão?

Em termos *politicamente correto*, a chamada favela foi substituída por *comunidade*. Por comunidade vê-se a tentativa se transformar o espaço degradado da favela em uma zona de conforto, tendo em vista que a comunidade representa “*lugar cálido*, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado” (Bauman, 2003:08). A comunidade é articulada por Bauman como um “ambiente seguro”. Mas essa aproximação de favela como comunidade também pode ser analisada a partir da perspectiva pela qual se configura um “cerco” que não confina os espaços territorialmente, mas que tende a nivelar toda sua população, articulada em torno dos costumes, para garantir que permaneçam no local, porém contidos em seus desvios ou deformações. Talvez aqui resida

moradores na medida em que buscam afirmar uma identidade para determinado território que, segundo Valladares (2005) supõe uma ideia de união e promove a imagem de “comunidade carente”.

¹⁵ Segundo o Observatório de Favelas, a favela é um território constituinte da cidade caracterizada, em parte ou em sua totalidade, pelas seguintes referências: Insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal, principalmente o imobiliário, financeiro e de serviços; forte estigmatização sócio-espacial, especialmente inferida por moradores de outras áreas da cidade; níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho; edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, que não se orientam pelos parâmetros definidos pelo Estado; apropriação social do território com uso predominante para fins de moradia; indicadores educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade; ocupação de sítios urbanos marcados por um alto grau de vulnerabilidade ambiental; grau de soberania por parte do Estado inferior à média do conjunto da cidade; alta densidade de habitações no território; taxa de densidade demográfica acima da média do conjunto da cidade; relações de vizinhança marcadas por intensa sociabilidade, com forte valorização dos espaços comuns como lugar de encontro; alta concentração de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com a região brasileira; grau de vitimização das pessoas, sobretudo a letal, acima da média da cidade (Seminário “O que é favela, afinal?” disponível em <http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/1_B_2009_que_favela_afinal_seminario.pdf>. Acessado em 20/07/2013).

o ponto forte do uso da palavra comunidade pelos próprios moradores das favelas, pois os costumes reproduzidos em grupo giram em torno dos mesmos interesses, crenças e gostos, e tendem a ser comunidades no sentido mais absoluto da palavra, ou seja, “qualidade daquilo que é comum”.

O termo comunidade foi usado inicialmente, nos morros cariocas, pelos apaixonados pelo samba e o carnaval. Essa talvez seja a chave para compreender o desejo dos moradores em chamar a favela de comunidade, visto que essa designação está relacionada a um ambiente em que a míngua da felicidade se faz presente com afirmação de uma identidade a ser respeitada por meio de uma cultura própria. Em busca de fundamentação teórica sobre a noção de comunidade, Bauman aponta a perspectiva a respeito de comunidade que caminha em direção à constância de “comunidade como segurança”. Partindo de LoicWacquant, o autor analisa o gueto como uma impossibilidade de comunidade, pois o gueto “combina o confinamento espacial com o fechamento social” de maneira que “a homogeneidade dos dentro, em contraste com a heterogeneidade dos de fora” dão substância ao confinamento e ao fechamento (Bauman, 2003: 105). Há uma distinção entre gueto e comunidade apresentados por Bauman que não me parece equivaler ao caso das favelas do Rio de Janeiro, tendo em vista que as “comunidades” cariocas têm suas fronteiras determinadas territorial e simbolicamente. No entanto, a aproximação feita pelo autor de comunidade como “ambiente seguro” a ser garantido pode sim ser aplicada neste caso, não implicando como de fato se dá essa segurança, pois nas favelas, seja por meio do traficante ou da polícia, o importante é prolongar a “sensação de segurança”.

Ainda a este respeito, Acácio Augusto (2013), faz uma leitura de LoicWacquant a respeito de seu estudo sobre os guetos estadunidenses, procurando mostrar que apesar de Wacquant não aproximar as favelas brasileiras ao gueto, é possível enxergar nelas uma

incorporação das “práticas do que Wacquant identifica como gueto e como zona de segregação, e que vão do estigma de seus habitantes, coerção e encapsulamento institucional à segregação voluntária e porosidade de suas fronteiras” (Augusto, 2013: 135). Desta maneira, Augusto mostra como a *cultura do gueto* está presente nas favelas, contribuindo para a produção de uma subjetividade assujeitada, em que roupas, gestos, músicas, manifestações culturais, tais como hip-hop ou o funk, colaboram para a atribuição de valores morais aos habitantes considerados “sangue-bom” ou “sangue-ruim”, atualizando o que situa como “práticas dos pequenos fascismos”.

Uma vida cada vez mais fascista se manifesta na conduta de jovens, cidadãos de bem e de bens, bandidos, *manos* e miseráveis. O fascismo cotidiano se incrusta nas dobras dos corpos e nas coisas miúdas da vida como uma conduta policial; explicita-se em jovens de corpos docilizados que se disponibilizam à participações e controles, até o limite do insuportável (Idem: 09).

Na comunidade os indivíduos são convidados a participar, seja do jogo dos “chefes” da comunidade ou então do jogo do Estado, e gradativa, e progressivamente, tornam-se agentes que policiam seus vizinhos e em indivíduos policiados.

A comunidade é o governo de todos sobre todos. Nela prepondera a obediência e se expressa, racionalmente, a vontade conservadora de uniformidade e nivelamento. Opera segundo uma gestão de poder individualizante e totalizadora, fazendo com que cada indivíduo participe ativamente do governo da comunidade na mesma proporção em que se tornapoliciade si próprio e do alheio. A vida em comunidade é o princípio mais elementar de servidão, organizador histórico da política de grupos identitários. Seu amálgama é regido por valores morais de origem que determinam suas formas exemplares de conduta. A comunidade pode se constituir como um pequeno Estado no interior do próprio Estado, e na sociedade de controle, é uma das nomeações para guetos, periferias, favelas, subúrbios. Também designa grupos que agem no interior da prisão, como resistência reativa, atuando na conservação e continuidade das políticas de segurança, agenciadas tanto por instituições estatais, como pela sociedade civil organizada, redimensionando elites no interior da própria comunidade. A comunidade conserva ou delimita costumes identitários e inibe a experimentação de inovações; na sociedade de controle; torna-se um dispositivo dos programas de administração da miséria e de gerenciamento das penas (NU-SOL, *Verbetes: Comunidade*).

Se antes esses sujeitos eram esquecidos, abandonados ou simplesmente eliminados com a prática de segurança repressiva, agora, em grande parte são convocados a participar de programas que mantêm a população dentro dos limites da *comunidade* – sem que os indivíduos tenham a necessidade de subir e descer ao “asfalto” (termo muito utilizado entre os cariocas e que deixa explícita a segregação territorial da cidade), se misturando-se eventualmente e ameaçando constantemente a “nata” carioca. Sobre essa convocação à participação (Passetti, 2003), não só de programas assistências como também política dessa população, Edson Passetti (2003) vem analisando o uso progressivo tanto das técnicas milenares de dominação quanto das atuais – fortificadas pelas mídias e ferramentas eletrônicas, onde em sincronia aperfeiçoam as práticas de sujeição¹⁶.

A sociedade de controle arruína os lugares da cura e da reforma de comportamentos. Ela absorve rapidamente um infrator como controlador, um inventivo jovem em programador institucional, uma rebeldia em moda, um contestador em político profissional; é a sociedade das retóricas, protestos e das incansáveis capturas. Nela se pretende convencer a todos, e de diversas maneiras, sobre a participação democrática em todas as manifestações da vida. Assim é que as conhecidas formas de obtenção de consenso político por medo, omissão e adesão, agora se expandem para a economia, a cultura, a ecologia, atingem as minorias por meio da pletora de direitos e convocação à participação nas biopolíticas (Passetti, 2011: 57).

Ao mesmo tempo em que aparece essa tentativa de dar outra configuração ao espaço favela com a transposição de nomes, nas Ciências Sociais há uma extensa produção de pesquisas, aquecida a partir da década de 1980¹⁷ que vão desde o estudo da vida cotidiana

¹⁶ Utilizo a noção de dominação e sujeição a partir da perspectiva de Michel Foucault, onde dominação é entendida por ele como “as múltiplas formas de dominação que podem se exercer no interior da sociedade: não, portanto, o rei em sua posição central, mas os súditos em sua relação recíprocas; não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que ocorreram e funcionam no interior do corpo social” (Foucault, 2010a: 24), num momento em que está em jogo não mais o a soberania combinada com obediência, mas a dominação articulada ao assujeitamento e governo das condutas.

¹⁷ Lícia Valladares analisa detalhadamente a produção acadêmica sobre o tema em “A favela das ciências sociais”, capítulo do livro *A invenção da favela. Do mito de origem a favela.com*. Por meio de gráficos é possível visualizar o crescimento de publicações sobre o tema na década de 1980. Valladares enfatiza ao

de pessoas que vivem nas favelas até os que fortalecem a assimilação de favela como ambiente perigoso: estuda-se das precariedades e narcotráfico às boas polícias. Entre dissertações e teses, é possível encontrar o que é chamado como solução ao caos urbano do Rio de Janeiro. O que se vê nesse âmbito acadêmico é

a construção de um senso-comum criminológico que, da direita fascista à esquerda punitiva, se ajoelha no altar do dogma da pena. Incorporam ambas o argumento mais definitivo para o capital contemporâneo: é a punição que dará conta da conflitividade social, é a pena que moraliza o capitalismo. (...) O importante é a fé na purificação pelo castigo, o grande ordenador social dos dias de hoje (Batista, 2010: 04).

Muitas desses estudos resultaram em projetos que propunham melhorias nessas regiões e não demorou muito para que surgissem grupos com soluções para habitação, saúde e educação à população dos morros que continuava em progressiva expansão. Um marco desse novo jeito de enfrentar o problema das habitações em condições precárias foi o lançamento do Programa Favela-Bairro, em 1993, pela prefeitura do Rio de Janeiro. O programa persiste ainda hoje e busca transformar a favela em bairro popular e, atualmente, é considerado o principal programa dentro de todos os desenvolvidos pela Secretária Municipal de Habitação. O projeto visto pelas autoridades locais do município como sucessor do Programa Favela-Bairro é o Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais, popularmente conhecido como Morar Carioca, lançado em julho de 2010, na gestão do prefeito Eduardo Paes.

Os projetos e programas compõem uma variedade de “ações de melhorias” elaboradas e realizadas por ONGs, instituições, associações, fundações, etc. – por meio de parceiras com a iniciativa privada, que se instalam dentro das favelas e criam um novo

longo deste capítulo que o interesse muitas vezes se dava por conta da proximidade das favelas como as universidades, proporcionando o trabalho de campo acessível, e que muitos estudantes caminharam na mesma direção.

nicho de mercado, onde a pobreza também passa a ser sinônimo de lucro. As ONGs e suas derivações também funcionam como instrumentos das políticas afirmativas, pois

Mais próximas aos “pobres” do que muitas outras instituições, na medida em que suas sedes e filiais funcionam na própria favela, eles remontam o discurso das associações de moradores continuando a insistir sobre a noção de “comunidade” e suas conotações de união, solidariedade e coesão (Valladares, 2005: 160).

Simultaneamente a este período aqui tratado, segmentos da arquitetura urbana passam a designar essas regiões de habitações degradadas como *áreas de ocupação subnormais* e, em 1991, o Censo Demográfico passa a utilizar o termo *aglomerado subnormal* em seus relatórios para designar os territórios caracterizados como favela. Na definição dada pelo IBGE um *aglomerado subnormal* é:

Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa¹⁸.

Os resultados do *Censo Demográfico de 2010* analisam os dados obtidos das favelas de todo o país e revelam que 1,4 milhão de habitantes da cidade do Rio de Janeiro (22% do total) reside em habitações que se enquadram nas definições de *aglomerados subnormais*. Conforme definição do IBGE, um *aglomerado subnormal* pode ser tanto a somatória de vários aglomerados urbanos, como é o caso do Complexo do Alemão, quanto um único aglomerado, como a favela da Rocinha, a maior favela do Estado, com quase 70 mil moradores¹⁹.

Numa leitura literal, por *ocupação* (termo usual entre segmentos urbanísticos) ou *aglomerado subnormal*, é possível compreender o *sub* como o abaixo de, neste caso, abaixo

¹⁸ Censo Demográfico 2010. *Aglomerados Subnormais – Primeiros Resultados*.

¹⁹ Idem. Para ilustrar a diferença desses tipos de *aglomerados*, visualizar as imagens 1 e 2, respectivamente, no anexo deste material.

do normal – daquilo que é comum. Segundo Michel Foucault, o anormal – que está fora do estado de normalidade tal como o *subnormal* – é entendido como um sujeito perigoso que precisa ser mantido longe e enclausurado (Foucault, 2001). Contudo, há um novo esquadramento sob a normalidade, pois o anormal passou a ser o subnormal e, portanto, passível de ser normalizado sem o enclausuramento que ocorria na sociedade disciplinar como classificações perigosos, tal como loucos, delinqüentes, subversivos, etc. (Passetti, 2007). Desta maneira constata-se por meio da categoria de subnormal a possibilidade de normalização da favela quando esta passa a ser vista como comunidade. Assim,

Espera-se, então, de cada um e de cada cidadão a introjeção do controle de si pela ameaça do aumento de penalidades de encarceramento, incluídas aquelas a serem cumpridas a céu aberto, na comunidade. Para tanto, cada qual e seus filhos passaram a ser assistidos por vários dispositivos que combinam a ameaça do uso de um arsenal de penalidades leves e moderadas ao complexo prisional irreversível, mas também a prática da medicação acentuada dos desvios em direção à normalização do normal de crianças e adultos, incluindo a contribuição decisiva da psicopedagogia de sustentação chamada auto-ajuda, até criar o normalizado, crente, responsável e pleno de si, o conservador moderado (Passetti, 2007: 17).

Um breve olhar atento às ações governamentais leva-nos a observar que é exatamente desta forma que o Estado se direciona à favela; como um corpo que precisa ser reformado e não mais colocado à distância, ou seja, como um corpo vulnerável, expressão que atualiza, mas também ultrapassa a noção de anormal, ressignificando-a.

Temos aí, uma configuração da modulação de confinamento que se faz contando com mudanças, mas de maneira que essas mudanças não produzam a modulação e que para tal, exige também ser *resiliente*, pois se uma modulação é sempre inacabada, ela se refaz de acordo com o objeto, território, sujeito ou conduta governável.

Há ainda outras maneiras para usar a chave vulnerabilidade exposta anteriormente e que reaparece aqui. Quando esse conceito aparece conectado à noção de *resiliência*, atrela adaptações e superações tidas como necessárias à questões, tanto socioambientais, quanto

de desempenhos de cada indivíduo. Em análise sobre a noção de resiliência, Salete Oliveira mostra sua procedência na física, que estabeleceu esse nome para designar a “suportabilidade” de certo material à variados impactos de maneira que o elemento impactado possa voltar sem alterações à sua forma inicial; e também na etimologia da palavra, que deriva do latim e significa, primordialmente, “voltar atrás”.

Sublinhando como a resiliência²⁰ se interessa por uma “atividade incessante de restaurações diante de degradações como forma de governo de restauração do vivo”, Oliveira (2012: 107) aponta o uso político do termo e seus efeitos em pacificação de confrontos. A resiliência implica em recompor e restaurar o sujeito, ela é o

ápice de gente tornada existência invertebrada, como aspiração de ser alguém melhor na vida, também como duplo complementar da vítima sob a continuidade e redimensionamentos do governo de misérias que se iniciam pelo regime do castigo. (...) A resiliência, com seus resílios, reduz a vida e a saúde a um empreendimento de segurança, protegidas e protocoladas por infindáveis direitos de existir como sobrevivência invertebrada, *sobrevivência e existência dos sem osso* (Idem: 108).

A resiliência não compõe os tópicos de objetivos da política de pacificação na cidade do Rio de Janeiro, mas está implícita em seus projetos e programas sociais que, via assistencialismo, querem recompor e restaurar os indivíduos. Segundo o Projeto Internacional de Resiliência: “Resiliência é uma capacidade universal que permite que uma pessoa, grupo ou comunidade previna, minimize ou supere os efeitos nocivos das adversidades” (Grotberg *apud* Oliveira, 2012: 113).

A resiliência então funciona em duplo com as práticas de redução das vulnerabilidades sociais e socioambientais, pois além da capacidade de adaptação dos que já sofreram algum tipo de impacto, está em jogo também a responsabilidade de prevenir o

²⁰ “Está-se diante hoje da propalação política da resiliência e seus efeitos distendidos dos apaziguamentos de confrontos como conceito, como prática, como gestos muito ordinários, mínimos mesmo, neste nivelamento, neste revestimento de mil vestes que encontram seu nome justo e justificado na proliferação de direitos em camadas justapostas de uma concha protetora, conservadora! (Oliveira, 2012: 107).

risco e isso começa não só pelas práticas externas destinadas a esses indivíduos, mas primordialmente por esses próprios indivíduos que se vem nessa condição a qual foram classificados, estabelecendo assim um subjetividade com esses conceitos. É pela noção de vulnerabilidade que se orientam os indicadores de onde ele está e onde pode ocorrer, tanto com pessoas como em lugares²¹.

Uma subjetividade *resiliente* em *ambientes resilientes* deve reduzir vulnerabilidades, ampliar a qualidade de vida, produzir riqueza sustentável para o planeta: empresariado (capital) e o capital humano (empreendedores de si) produzem nova cooperação liberal, nomeada como produção compartilhada e competitiva (Passetti, 2013: 92).

Esse duplo aqui sinalizado foi trabalhado por Oliveira a partir do deslocamento que situa, mostrando como o pós Segunda Guerra Mundial marca a passagem de uma relação biopolítica permeada por “medo-contágio-perigo” para o que chama de uma combinação entre “resiliência, vulnerabilidade e proteção”, sem se apartar do medo e do perigo (Idem: 111). Está em jogo não mais definir quem deve ser protegido e quem deve ser eliminado pela lógica do racismo como prática social (Foucault, 2010a), mas situar como cada integrante da comunidade se transforma em portador de direitos (Cf. Oliveira e Passetti). Nesse sentido, é preciso pensar como esse atual investimento em resiliência, em gente e ambiente, mostra como “uma conduta esperada para pacificações de confrontos onde a restauração do degradado encontra sua acomodação ensimesmada na armadilha entre suportabilidades e superação do que há de nocivo nas adversidades” (Idem: pp. 124-125).

²¹ A questão da resiliência ter como alvo tanto pessoas quanto lugares, tal como a vulnerabilidade, fica explícita a partir do documento Povos resilientes, planeta resiliente: um futuro digno de escolha (ONU, 2012). A resiliência é a base do desenvolvimento. (...) é a capacidade inerente de um sistema enfrentar qualquer comoção externa, sem importar o quanto é previsível ou surpreendente.(...) Ao criar resiliência, a prioridade deve ser a prevenção, complementada com esforços explícitos para reduzir as vulnerabilidades sociais e o compromisso de manter a integridade das comunidades, as instituições e os ecossistemas (Cf. Disponível em <http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/a-resiliencia-e-a-base-do-desenvolvimento>; <http://envolverde.com.br/noticias/a-resiliencia-e-a-base-do-desenvolvimento> OLIVEIRA, 2012: 107). apud

Lidar com as adversidades seguindo as diretrizes oferecidas por meio do que se tornou o conceito de resiliência e de vulnerabilidade, é participar de uma conduta que modula toda e qualquer potência sem deixar brecha alguma para a invenção, um escape, um risco.

Unidade de Polícia Pacificadora

Em janeiro de 2008, a Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública²² resultou no documento *Democracia e Participação no contexto da crise da representação* que anunciava, a partir de uma proposta democrática, a importância do cidadão em criar alianças com as polícias e o governo, para que se fortaleça sua participação na sociedade civil na fiscalização das políticas públicas. Propõem uma segurança cidadã, em que não só a segurança do Estado está em jogo como também a segurança da vida da população²³, ou seja, uma segurança ajustada às exigências dos indivíduos participativos.

Esse documento aqueceu as discussões em torno da reformulação das políticas de segurança pública no Brasil e desde então, é possível notar uma mobilização das prefeituras para criar novas estratégias locais/regionais de segurança articuladas com as propostas internacionais de segurança humana e *cultura de paz*²⁴.

²² Organizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública inserida no Ministério da Justiça. Disponível em <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ1BFF9F1BITEMID540715BB1C9B47D395499FA38E3E99FAPTBRNN.htm>> Acessado em 28/08/2013.

²³ Em propaganda televisiva circulada em 2009 em comemoração a duzentos anos de existência da Polícia Militar do Rio de Janeiro, mostra-se um veículo da PM em uma favela repleto de médicos, professores e possíveis assistentes sociais saindo do carro. As imagens eram acompanhadas por uma narração dizendo: “Segurança, a porta de entrada da cidadania”, enfatizando assim a conexão entre segurança à cidadania presente no conceito se segurança cidadã. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=jNu2rZcL46o&hd=1>>. Acessado em 08/10/2013.

²⁴ Cf. *Cultura de paz (UNESCO)*, 2000; *DHNET Direitos Humanos*, 2000; *Cultura de paz: da reflexão à ação*, 2010 que sugerem as estratégias a serem adotadas.

Atendendo a estas expectativas e aos acordos internacionais já mencionados, a cidade do Rio de Janeiro foi a primeira grande metrópole do Brasil a criar uma gestão de segurança pública a partir do princípio de polícia comunitária. A constante expansão territorial das favelas, o fortalecimento do narcotráfico, o aumento dos índices da chamada “violência urbana” e os conflitos da guerra particular²⁵ entre facções do tráfico e milícias no Rio de Janeiro, fomentou o argumento por parte do Estado de fechar o cerco das favelas e implantar uma política segurança pública modular, com a finalidade de *pacificar* a cidade, (re)tomar áreas perdidas para o narcotráfico e *incluir* os moradores classificados como vulneráveis que vivem nas favelas.

A partir de uma parceria entre Governo Federal, Estadual e Municipal com a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, entrou em vigor em novembro de 2008 pelo Decreto n. 6.703/2008a UPP (Unidades de Polícia Pacificadora): programa articulado pela gestão do secretário de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro José Mariano Beltrame, promulgado pelo prefeito Eduardo Paes e pelo governador Sérgio Cabral, planejado e coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional. O decreto aprova a chamada Estratégia Nacional de Defesa a utilizar das Forças Armadas em operações internas de “garantia da lei e da ordem” e em operações que atendam requisições da Justiça Eleitoral, concedendo às Forças Armadas mais espaço para que esta exerça função de polícia.

²⁵ O termo ‘guerra particular’ foi utilizado pela primeira vez em 1999 no filme *Notícias de uma guerra particular* de João Moreira Salles que buscou retratar tanto a realidade dos moradores das favelas cariocas como também a dos policiais. Neste filme, o então chefe da polícia civil Hélio Luz afirmou durante entrevista ao cinegrafista que “A polícia foi feita para fazer segurança de Estado. E segurança tem elite, eu faço política de repressão, entende? É em benefício do Estado, para proteção do Estado, tranquilamente. Mantém a favela sob controle. Como é que você mantém 2 mi de habitantes sob controle? Ganhando 112 reais, quando ganha. Como é que você mantém os excluídos todos, entende, sob controle e calmos? Com repressão.”

A UPP pretende *pacificar* conflitos, *ordenar condutas*, (re)tomar territórios e promover inclusão, participação e desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável com a entrada de serviços públicos, projetos sociais e também de investimentos privados nessas regiões. Desde outubro de 2012, conta também com a parceria do Ministério Público do Rio de Janeiro como facilitador das mediações de conflitos entre moradores das regiões com UPP.

A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) é uma pequena força da Polícia Militar com atuação exclusiva em uma ou mais comunidades, numa região urbana que tem sua área definida por lei. Cada UPP tem sua própria sede, que pode contar com uma ou mais bases. Tem também um oficial comandante e um corpo de oficiais, sargentos, cabos e soldados, além de equipamentos próprios, como carros e motos (Cf. sessão “O que é” do site da UPP).

As UPPs estão sendo instaladas em territórios há anos *ocupados* por grupos de traficantes, chamados de facções criminosas, e milicianos. Sua pretensão é desarticular as quadrilhas ali presentes para (re)tomar esses territórios utilizando o princípio de *polícia de proximidade*,

conceito que vai além da polícia comunitária e que tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. A atuação da polícia pacificadora, pautada pelo diálogo e pelo respeito à cultura e às características de cada comunidade, aumenta a interlocução e favorece o surgimento de lideranças comunitárias (Cf. sessão “O que é” do site da UPP).

O Programa de pacificação prevê a instalação de 40 Unidades de Polícia Pacificadora em favelas do Rio de Janeiro até 2014. Até o momento em que este relatório foi redigido, há 34 unidades em funcionamento. A ocupação da Rocinha junto com a do Complexo do Alemão foram os episódios que mais chamaram atenção da mídia por terem sido compostos por um elevado número de participantes das forças armadas brasileiras. As ocupações foram realizadas pelas forças armadas e utilizou homens da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército, Blindados do Exército e da Marinha, veículos do

Batalhão de Operações Especiais da PM (Bope)²⁶, agentes da polícia federal, militar e civil, enfim, mobilizou muitos para que as operações atingissem o primeiro passo para a pacificação.

Estas duas *ocupações* possuem aspectos similares, tanto na forma como foram articuladas e realizadas, quanto a como isto é anunciado à população: ambas foram intensamente divulgadas pelos meios de comunicação e se tornaram grandes espetáculos, onde o “bem venceu o mal” e o pobre agora pode começar a viver em paz em sua *comunidade*. De modo geral, posteriormente à dominação de cada um desses territórios fica explícito, principalmente pela colaboração da mídia, que essa modulação de segurança pública está sendo classificada como “caso de sucesso”²⁷ por comentaristas, jornalistas e pesquisadores; e aprovada²⁸ por grande parte da população que vive em favelas que possuem UPP. As constatações de que a política de pacificação vai bem são frequentes nas mídias impressas, televisivas e digitais que esta pesquisa acompanhou. Quando há críticas que apontam aspectos negativos sobre ela, é notável que refletem somente como

²⁶ Um dos lemas do Bope cantado em seus treinamentos é “Homem de preto, qual é sua missão? Entrar na favela e deixar corpo no chão”, isso explicita que um dos objetivos do Bope é matar.

²⁷ Apesar dos méritos do Programa serem constantemente atribuídos ao Secretário de Segurança José Mariano Beltrame, no cargo desde 1º de janeiro de 2007 (tempo recorde de ocupação deste cargo), vale lembrar que a articulação da atual estratégia de pacificação já fora estruturada em outro momento de maneira semelhante, com o projeto articulado no Brasil em 2007 pelo PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), Território de Paz. O projeto pretendia instalar 30 núcleos de Justiça Comunitária até 2011 para mediar conflitos, no entanto, não foi possível identificar onde deveriam ser instaladas, se foram realmente implementadas ou mesmo qual é o atual resultado do programa, pois este parece não ter sido levado adiante conforme pesquisa realizada no site Ministério da Justiça, em especial na página Território de Paz, disponível em <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={3FD1029C-C70B-4394-A81E-A52F2E42E259}&BrowserType=NN&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B3442470E-4A08-4A0C-B5BC-9153D9585A0C%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>> Acessado em 26/10/2013.

²⁸ Para situar alguns exemplos dessa aprovação, uma pesquisa revelou que no Santa Marta, 87% dos entrevistados apoiavam as ações da polícia. Já na Cidade de Deus, o índice chegou a 93%. No entanto, a pesquisa não aponta nenhum índice com baixa adesão ao programa. Disponível em <http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp> Acessado em 09/10/2013.

aperfeiçoar essa política para que ela de fato dê certo. Elas repercutem, usualmente, quando surgem denúncias de corrupção policial ou então quando ações policiais consideradas truculentas são divulgadas²⁹.

O processo de consolidação do programa de pacificação se dá no momento em que a Unidade de Polícia Pacificadora é instalada na favela. Esse procedimento passa por três etapas. Primeiro, delinea-se o perfil da comunidade que será ocupada a partir de pesquisa realizada pelo IBGE sobre coleta de dados socioeconômicos, número de domicílios, escolas, hospitais, postos de saúde, igrejas, quantidade de delitos cometidos por moradores e assim realiza-se uma estratégica cartografia da região. Nesta primeira fase, avaliam-se as informações obtidas e se definem os materiais necessários³⁰ para a instalação da UPP, constituindo a equipe a ser formada para essa atuação. A segunda etapa do processo, consiste na ocupação territorial. Os participantes da ocupação são os agentes do Comando da Polícia Militar e o Batalhão de Operações Especiais, mais conhecido como BOPE. Podem também participar da ocupação os militares do Exército Brasileiro, como aconteceu em operações de grande visibilidade como a do Complexo do Alemão e a da Rocinha, citadas anteriormente. A duração dessa fase varia de acordo com a complexidade geográfica do local e também de possíveis resistências ao programa Choque de Paz, termo utilizado para designar a operação de ocupação de território que compõe essa segunda etapa

²⁹ Para situar alguns exemplos, ocorreu recentemente com o ex-comandante da UPP da Rocinha, a imputação de mortes em julho deste ano no Complexo da Maré e o caso do desaparecimento do pai de família Amarildo, casos que comentarei mais adiante.

³⁰ Número de homens a serem convocados da Polícia Federal, Militar e Civil e das Forças Armadas, tal como o tipo de armamento e quantidade a ser usada por eles. São também materiais destas operações helicópteros, paraquedas, carros, furgões, tanques de guerra e aparelhos eletrônicos com uso de GPS para monitorar tanto a ação dos moradores quanto a dos policiais. Disponível em <<http://www.operacoesespeciais.com.br/ocorrenciapolicial.php?nid=1831>> Acessado em 20/10/2013.

do processo de *pacificação*. A terceira e última fase, denominada “consolidação da pacificação” ocorre com a instalação da UPP.

Desde a redação do projeto para realização desta pesquisa, modulações da política de pacificação foram constatadas. Destaco aqui duas importantes mudanças.

A primeira se dá pelas atualizações feitas nos sites do Governo do Rio de Janeiro³¹ assim como no site do Programa das UPPs, que possibilitam identificar como a própria política de pacificação se redefiniu em alguns pontos. Segundo informações disponíveis no site do Governo Estadual do Rio de Janeiro pode-se identificar a mudança do frequente uso de *polícia comunitária*³² para *polícia de proximidade* – que aspira ser um conceito que vai além da polícia comunitária, pois tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a chamada “sociedade civil organizada” e as instituições da área de Segurança Pública. Além disso, as UPPs não são mais tratadas como um programa de segurança, mas sim como uma política de Estado³³.

Apesar da mudança no site do Programa das UPPs, antes chamado “UPP Repórter” e agora somente “UPP”, manteve-se o endereço eletrônico³⁴, entretanto totalmente modificado e relançado em janeiro de 2013. O site ganhou novos canais e vem sendo

³¹ Atualização realizada especificamente em 29 de novembro de 2012 no site do Governo do Rio de Janeiro, na página da Secretaria de Estado de Segurança (SESEG) referente ao Programa das UPPs. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seseg/exibeconteudo?article-id=1349728>> Acessado 20/01/2013.

³² Estratégia de ação policial que promove a aproximação entre população civil e a polícia, usando tecnologias que aprimore o trabalho policial, como o uso de “computadores, celulares, sistemas de monitoramento, veículos com computadores, além de armamento moderno (inclusive não letal) e coletes protetores” (Cf. *Fundamentos da polícia comunitária*) – que também compõem a parafernália usada em guerras.

³³ Relato de José Mariano Beltrame para o jornal “O dia”, em 17 de dezembro de 2012, em comemoração das 28 Unidades de Polícia Pacificadora instaladas nas favelas cariocas que, segundo o secretário, “pacificaram” 175 favelas com cerca de 380 mil moradores. Disponível em <<http://odia.ig.com.br/portal/opiniaio/jos%C3%A9-mariano-beltrame-quatro-anos-de-upps-1.527118>> Acessado em 20/01/2013.

³⁴ www.upprj.com

atualizado diariamente, diferente do anterior. Os antigos canais que davam a definição sobre o que é a UPP agora ganharam muito mais conteúdos e informações, contando também com canais dedicados a publicação de estudos, contato com as UPPs e interação com as mídias sociais. Nos canais “O que é” e “Histórico” está explícito que as UPPs estão inseridas dentro de um programa que teve inspiração na experiência de Segurança Pública de Medellín e nota-se mais uma vez o uso do conceito *polícia de proximidade* como palavra-chave. O site atual da UPP se assemelha bastante ao site da UPP Social, que também passou por pequenas alterações, mas não em seu *layout*: o site ganhou uma nova organização na distribuição da grande quantidade de conteúdo (também atualizada diariamente) e agora conta com uma versão em inglês. As diferenças e semelhanças que aqui me refiro podem ser verificadas nas imagens anexas a este material, onde é possível visualizar o *layout* dos três sites (o antigo da UPP, o atual e o da UPP Social).

A segunda se apresenta como uma novidade e se dá pelo lançamento do site da CPP (Coordenadoria de Polícia Pacificadora), criada por meio do Decreto 42787/2011 com a finalidade de dirigir estrategicamente as ações e operacionalizar o plano de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora, com mídia para aperfeiçoar o entendimento das funções da CPP, fazendo com que a população possa acompanhar de perto o programa. A CPP se responsabiliza por realizar uma transição paradigmática de um “fazer tradicional de polícia para um fazer moderno e criativo”, baseado no princípio do que vem sendo chamado *polícia de proximidade*. Pretende encontrar uma “forma de gestão” eficiente e efetiva para chegar à pacificação “sem necessariamente ter de reproduzir a gestão tradicionalmente militar”. Para atingir seu objetivo, a CPP se estrutura a partir de uma Coordenadoria Geral subdividida em quatro coordenadorias setoriais, sendo elas: administrativa, operacional, de informação e de ensino e pesquisa. Na perspectiva da CPP, o Programa das UPPs é um

modelo de pacificação compartilhado e também compartilhável que mobiliza a sociedade e toca os “céticos com emoção”, sem ser arbitrário –pois precisa respeitar aqueles que vão ajudar na construção de uma rede solidária em prol de uma *segurança cidadã* –, procura a criatividade e flexibilidade para poder “aprender com as diferenças, respeitando-se o saber local”³⁵. Na visão da CPP,

o termo “pacificação” não remete, portanto, a contrario sensu, à guerra, mas a uma relação sinonímica com a paz civil, objetivo de todos os cidadãos que rejeitamos a violência no curso do processo civilizador. Nesses termos, torna-se inadmissível a usurpação violenta de territórios por forças criminosas, poderosamente armadas, diversas das do Estado. É nesse contexto –tanto geográfico quanto cultural- que a polícia pacificadora precisa agir para reconquistar a legitimidade do Estado de onde a própria sociedade optou por se afastar, para tentar recuperar a confiança de moradores que foram historicamente excluídos de nossa construção republicana. Na verdade, a ação da polícia é apenas um primeiro passo nesse processo que busca pavimentar o acesso para a chegada de outros merecidos serviços (CPP, 2012)³⁶.

Enfatiza-se também nas definições sobre o que é a UPP e os benefícios proporcionados pelo programa que os melhoramentos extrapolam as chamadas “comunidades pacificadas”, pois se entende também que seus efeitos repercurtem nos arredores de cada território que possui uma UPP, atingindo desta maneira uma população bem maior.

Por conta de uma “onda” de violência, onde UPPs foram atacadas por traficantes e alguns policiais morreram, o comandante-geral da Polícia Militar na CPP, coronel Rogério Seabra Martins, foi substituído pelo oficial Paulo Henrique Azevedo de Moraes³⁷ do dia 18 de dezembro de 2012. O atual comandante informou que irá pessoalmente às favelas treinar

³⁵ Disponível em <<http://coordenadoriapp.com.br/conteudo/geral.html>> Acessado em 20/07/2013.

³⁶ Idem.

³⁷ Possui 28 anos de experiência na PM, já comandou o BOPE, esteve à frente dos Batalhões de Niterói e de Mesquita, atuou como chefe do Estado-Maior do 1º Comando de Policiamento de Área e do COE.

policiais para “aprimorar a técnica dos militares” e que os policiais das UPP serão acompanhados quase diariamente por oficiais mais “graduados e experientes”, como coronéis e majores. Além dessa mudança, algumas regiões ditas pacificadas estão recebendo um aumento de policiais efetivos³⁸ para ampliação do *patrulhamento ostensivo*. Cada região conta com uma unidade fixa da UPP, no entanto, algumas favelas recebem bases móveis, designadas como “bases comunitárias”, o que ocorre com frequência em áreas recentemente ocupadas e que ainda não possuem uma unidade fixa concluída.

A partir desse funcionamento apresentado sobre a CPP, constata-se então que esta funciona como *pólicia da pólicia*.

Oposto à política de pacificação inspirada na fomentação da *cultura de paz*, amplamente divulgada por meio de programas e cartilhas à sociedade civil³⁹, exige-se uma ação policial truculenta, a Operação Choque de Ordem, treinada para reproduzir imperativos de ordem para assegurar a vida e circulação dos cidadãos normalizados, e que funciona de modo diferente da ação dos policiais da UPP, que precisam encenar sensibilidades e proximidades com a população.

A Operação Choque de Ordem foi criada com o “objetivo de pôr um fim à desordem urbana, combater os pequenos delitos, contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida” da população e da cidade sob a justificativa de que “a desordem urbana é o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes” (Cf. *Choque de Ordem*, Portal da Prefeitura

³⁸ Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/01/governo-do-rj-decide-aumentar-efetivo-de-policiais-em-upps.html>> Acessado em 03/04/2013.

³⁹ Cf. documentos referentes à cultura de paz citados anteriormente.

do Rio de Janeiro⁴⁰). O nome da operação já introduz a maneira como acontece a ação: por meio do choque, do susto, da algema e do confronto que a maioria dos casos, sempre termina com o recolhimento das mercadorias vendidas por ambulantes, consideradas ilegais, com o encarceramento do ambulante.

O *Choque de Ordem* estabeleceu regras de condutas na praia, nos parques e praças do Rio de Janeiro e, recentemente, tem sido a causa de pequenos protestos que são rapidamente apaziguados e acabam na delegacia. Mais uma vez, realiza-se uma ação de governo sobre os *indesejáveis* fomentada pelo desejo expresso em torno de uma cidade que se pretende asséptica e normalizada. Em viagem ao Rio de Janeiro mantive contato com cariocas que consideravam essa operação um abuso, mas a maioria concluía que era “melhor assim, pois agora as barracas de alugar guarda-sol estão padronizadas, as pessoas que vendem comida na praia possuem registro, nós não corremos mais o risco de estar tomando sol e levar uma bolada na cabeça, entre outras coisas que melhoram o dia-a-dia de quem trabalha honestamente, de acordo com a lei”.

Compondo os mais variados nomes, políticas de pacificação se alastram pelo Brasil. O programa carioca tornou-se referência para a “nova estratégia de segurança pública” implantada em outros Estados, em vigor no Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná, e similar em Alagoas, com o Programa Brasil Mais Seguro⁴¹. Esses programas, pela via da segurança humana e *cultura de paz*, atrelam-se

⁴⁰ Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137>> Acesso em outubro de 2012.

⁴¹ O Brasil Mais Seguro é um programa-piloto de redução da chamada “criminalidade violenta”, que tem como objetivo induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, dando especial atenção à qualificação dos procedimentos investigativos. Pretende também ser um meio de cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário e Ministério Público). Possui tem três eixos principais de atuação:

aos variados projetos sociais e assistenciais, realizados por órgãos públicos, privados ou público-privados, os administradores da miséria das populações.

Tecnologias de monitoramento

Após a implantação de cada Unidade de Polícia Pacificadora, a região que recebeu a unidade passa a ser considerada um “território pacificado”. A partir desse momento, estratégias complementares para garantir a vontade de segurança da população que habita as favelas “pacificadas” são desenvolvidas e aplicadas a fim de aperfeiçoar o monitoramento da chamada *comunidade*.

Além do motopatrulhamento que vem sendo realizado em favelas com largas dimensões, a Rocinha foi a favela escolhida pela CPP (Coordenadoria de Polícia Pacificadora) para receber um serviço de monitoramento “especial”, com o apoio de 80 câmeras em *high definition* de vigilância para aprimorar o trabalho dos policiais da UPP⁴². As câmeras foram instaladas em todos os acessos à Rocinha e em pontos considerados estratégicos. Futuramente, o projeto de monitoramento contará com um *software* que será utilizado para o reconhecimento facial, em tempo real, de pessoas que tenham mandato de prisão. A CPP acredita na eficiência dessas câmeras, e investiu em aperfeiçoar a estratégia, junto a Polícia Militar, utilizando balões (compostos de gás hélio) de monitoramentos para captar imagens durante ações estratégicas nas designadas áreas de conflitos ou com UPPs,

investigação de mortes violentas; promoção do policiamento ostensivo e comunitário; e fortalecimento do controle de armas.

⁴² Disponível em <http://www.opovo.com.br/app/galeria/2013/01/10/interna_galeria_fotos,561/policia-do-rio-usa-tecnologia-hd-para-combater-o-crime-na-favela-da-rocinha.shtml> Acesso em janeiro de 2013.

podendo ser útil também para monitorar o movimento do público em grandes eventos. Quando usado, os balões ficarão a uma altura de cem metros do chão, presos ao solo por um cabo que transmitirá as imagens ao centro de controle mais próximo da região. As câmeras acopladas aos balões é uma tecnologia importada dos EUA – usada pelas tropas americanas no Afeganistão –, que funciona durante o dia ou noite e são capazes de identificar o rosto de um indivíduo a um raio de três quilômetros⁴³.

Outra tecnologia, já em uso em algumas favelas⁴⁴ é o serviço *Street View* da Google Brasil que permite ao usuário conectar-se ao canal *Google Maps* para pesquisar um endereço. Segundo o portal Viva Rocinha⁴⁵, levar esse serviço para a favela é para possibilitar, além da busca de endereços, um passeio virtual pela chamada *comunidade*. Esse serviço está sendo realizado por meio do Projeto Wikimapa⁴⁶, mantido por wiki-repórteres, jovens selecionados na localidade em que vivem e funciona de modo muito semelhante ao Mapeamento de Riscos Socioambientais já apresentado anteriormente nesta pesquisa. Os jovens recebem um treinamento rápido para utilizar o aplicativo e, em seguida, começam a mapear o território em que reside por meio de celular ou internet. O projeto conta com o apoio do Instituto Oi Futuro⁴⁷, que concedeu, a cada jovem participante do projeto, um celular com GPS para que a transmissão de informações passadas seja precisa.

⁴³ O projeto foi lançado em dezembro de 2012, mas até o momento de redação final deste relatório não foi encontrado evidências de uso. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/12/pm-filmara-acoes-no-rj-com-balao-similar-ao-usado-por-eua-em-guerras.html>> Acessado em 18/10/2012.

⁴⁴ Rocinha, Complexo do Alemão, Santa Marta, Pavão-Pavãozinho, Complexo da Maré e Cidade de Deus. E expansão do mapeamento já existe no Complexo da Maré e na Cidade de Deus.

⁴⁵ O portal Viva Rocinha <<http://vivarocinha.org/portal>> é “um meio de comunicação comunitária via web” criado pelos irmãos Michel Silva (19) e Michele Silva (22) durante a ocupação das forças armadas na Rocinha.

⁴⁶ <http://blog.wikimapa.org.br/> Acessado em 20/01/2013.

⁴⁷ <http://www.oifuturo.org.br> Acessado em 25/02/2013.

Além dos wiki-repórteres, qualquer pessoa pode ter a iniciativa de inscrever-se e participar do projeto; para tal, basta baixar o aplicativo em um celular com conexão com a internet. Tanto o Mapeamento de Riscos Socioambientais, quanto o Wikimapa são projeto que funcionam como outras polícias para compor a atual *política de pacificação*.

Há também tecnologias de monitoramento destinada à polícia, como já mostrado aqui por meio da CPP funcionando como *polícia da polícia*. Em nome da transparência, foi criado o *smart policing* (policimento inteligente)⁴⁸, um aplicativo, os *apps* para *smart phones* a serem usados pela polícia. O aplicativo grava imagem e áudio o que está a volta do policial e registra o percurso realizado por meio de dados georeferenciais. O vídeo gravado pelo aplicativo é transmitido ao vivo para uma central de comando, ou acessado, posteriormente, para verificar ocorrências. O aplicativo pode ser acionado tanto no próprio celular quanto remotamente de uma central de comando, o que significa acionar o aplicativo sem o conhecimento do próprio policial. Essa tecnologia foi desenvolvida pela Polícia Militar do Rio em conjunto com Instituto Igarapé, ONG responsável por testar a funcionalidade dessa tecnologia desde maio com policiais de UPPs, por ora nas favelas da Rocinha e Complexo do Alemão.

Segundo Robert Muggah , chefe da pesquisa no Instituto Igarapé⁴⁹ , o objetivo dessa tecnologia é aumentar a transparência nas atividades policiais e promover sua *accountability* - expressão que se refere à necessidade de uma pessoa ou instituição “prestar contas e se responsabilizar por suas ações”. A ferramenta é exposta como um esforço mais amplo da política de pacificação para pacificar a polícia das UPPs.

⁴⁸ Disponível em <<http://www.tecmundo.com.br/software/45951-smart-policing-o-app-que-pode-vigiar-policiais-no-rio-de-janeiro.htm>>. Acessado em 21/10/2013.

⁴⁹ “O Instituto Igarapé é um *think-tank* dedicado à integração das agendas da segurança e do desenvolvimento. Seu objetivo é propor soluções alternativas a desafios sociais complexos, através de pesquisas, formação de políticas públicas e articulação”. Disponível em < <http://igarape.org.br/>>. Acessado em 27/10/2013.

UPP Social e o gerenciamento de misérias

Compondo a política de pacificação, a UPP Social foi criada para articular políticas e serviços municipais por meio dos vários órgãos da Prefeitura do Rio de Janeiro para atender as favelas que já possuem UPP. O Programa é coordenado pelo Instituto Pereira Passos (IPP)⁵⁰ e promove ações integradas com o Governo Estadual e Federal, a sociedade civil e a iniciativa privada. Cabe ainda ao IPP articular, acompanhar e integrar as ações e serviços públicos realizados no âmbito dasUPPs. Em maio de 2011, o programa firmou acordo com o ONU-Habitat (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos) de cooperação para a execução dos projetos, além de colaborar com o IPP na produção de dados, análises e monitoramento de cada território da UPP Social.

O objetivo geral da UPP Social é garantir *liberdade* e segurança à população; promover o desenvolvimento social e econômico; colaborar com o processo de pacificação iniciado com a instalação das UPPs; incentivar a população à prática da cidadania; integrar a cidade e eliminar fronteiras simbólicas⁵¹. Para isso, a UPP Social está organizada em três áreas: gestão territorial (identifica demandas e cria novos canais de participação e diálogo entre população e o poder público); gestão de informações (analisa continuamente as informações quantitativas e qualitativas); gestão institucional (coordena uma rede formada por técnicos das secretarias e empresas públicas municipais para estabelecer com os representantes compromissos de acordo com a demanda de cada território em que atua).

A UPP Social afirma *compartilhar* responsabilidades e compromissos. Observa-se que o programa está inserido no âmbito tanto das políticas públicas como no assistencialista

⁵⁰ O Instituto Pereira Passos é uma autarquia que se dedica a produzir dados e conhecimento sobre a cidade do Rio de Janeiro, com a finalidade de apoiar a gestão pública. O IPP também planeja e coordena projetos de desenvolvimento urbano, social e econômico estratégicos para a cidade.

⁵¹ Programa UPP Social. Disponível em <<http://www.uppsocial.org/programa/>> Acessado em 28/02/2013.

sustentado pela iniciativa privada, pois a presença da iniciativa privada dentro dos projetos sociais/assistenciais que esta fomenta se dá em um momento no qual a responsabilidade social é considerada principal dentro de cada empresa, pois não colaborar com um programa social pode significar, muitas vezes, perda de novos negócios.

A implantação da UPP Social ocorre a partir da identificação de demandas específicas de cada território classificado como pacificado

através da observação das condições de cada comunidade e da escuta de moradores, lideranças comunitárias, agentes de saúde, diretores de escolas, lideranças religiosas, produtores culturais e de todos os que atuam no local. As demandas identificadas são relacionadas a dados e georeferenciadas para melhor compreensão do território e das particularidades das várias regiões da comunidade. Este trabalho de escuta local e produção de informações baseia por sua vez a articulação de ações conforme as demandas principais identificadas em cada território. O ciclo de ação do programa se completa com a estruturação de planos de trabalho desenhados para promover em cada área de UPP o acesso a bens e serviços públicos essenciais, sempre com padrões compatíveis com os oferecidos no conjunto da cidade. Neste processo, a UPP Social tanto articula ações governamentais como apoia e estimula a implantação de iniciativas pela sociedade civil e por empresas, sempre com o compromisso de favorecer a integração e a complementaridade entre todas elas (Cf. sessão “O que acontece a partir da implantação?” do site da UPP Social).

A partir do acompanhamento das ações realizadas pelo UPP Social é possível dividi-las em dois blocos: ações realizadas em parceria com órgãos da Prefeitura e ações realizadas em parceria com a iniciativa privada (representada em alguns casos por institutos, associações, ONGs, etc.). Entre os órgãos da Prefeitura, estão as Secretarias Municipais de Habitação; Cultura; Trabalho; Saúde; Conservação (Seconserva); Educação; Meio Ambiente; Desenvolvimento Econômico Solidário; Assistência Social; Obras; Esporte e Lazer; Trabalho e Emprego; a Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia e Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais. Entre os parceiros da iniciativa privada, estão Icos Cidadania, Chevron e Elas Fundo de Investimento Social, São

Bernardo Produções, Redemunho Produções, Consulado Americano, SindRio, Unicirco, Coca-Cola, Inffinito – Núcleo de Arte e Cultura, Unicef, Coletivo Santa Música, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), CCR Norte, Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB), Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP), Circo Crescer e Viver, Produtora M'Baraká, Associação Cultural de Estudos Contemporâneos, Universidade Estácio de Sá, Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor), Light, Hotel Windsor Barra, Instituto de Criatividade Social Avenida Brasil, Centro de Criação de Imagem Popular (Cecip) e Canal Futura⁵².

Uma das novidades no ano de 2012 lançadas pela UPP Social, foi a FLUPP (Festa Literária Internacional das UPP) ocorrida entre 07 e 11 de novembro de 2012 no Morro dos Prazeres, em Santa Teresa. A FLUPP⁵³ é um projeto inspirado na FLIP (Festa Literária Internacional de Paraty) que pretende ser “pólo da literatura” produzida no Brasil. O evento foi idealizado a partir de uma parceria do Ministério da Cultura, Secretaria de Estado de Cultura e UPP Social, mas também contou com “atores sociais”, públicos e privados⁵⁴, para reunir atuais e futuros autores nacionais. O encontro também premiou o trabalho de formação de autores, envolvendo moradores das favelas cariocas e policiais das UPPs, realizado pela FLUPP Pensa, evento que ocorre nos meses que antecedem a FLUPP para preparar os envolvidos na FLUPP, cuja a proposta é formar leitores e escritores nas favelas pacificadas e estimular a polícia a pensar no assunto junto com os moradores. São

⁵² Cada um desses parceiros desenvolve um (ou mais) projeto.

⁵³ <http://www.flupp.net.br/> Acessado em 15/09/2013.

⁵⁴ Apresentado pelo BNDES, Petrobrás e Vale com patrocínio do Itaú-Unibanco, além de outras parceiras.

realizados encontros tanto nas favelas como na Academia da Polícia Militar que forma os policiais que servem nas UPPs⁵⁵.

Desses encontros organizados pela Academia da Polícia Militar, que serão 12 ao todo, são convidados intelectuais e filósofos para falar aos policiais. Em outubro, um dos convidados foi Frédéric Gros, filósofo que parecia enfrentar o tema da segurança a partir de suas dimensões mais amplas em suas obras *Estados de violência: ensaio sobre o fim da guerra* e na mais recente *O princípio de segurança*⁵⁶. No entanto, essa disposição em falar para a polícia distorce o que parecia ser seu posicionamento político, mostrando quão tênue um intelectual pode ser. Suas ideias expostas em livros não implicam querer melhorar a polícia, mas ele estava lá, dando aula de como aperfeiçoá-las.

Para proporcionar à população de todas as favelas segurança, *qualidade de vida e bem-estar* social, o Estado investe pretendendo apaziguar a população e fortalecer a produção de cidadãos regulados, produtivos e participativos. Nesse contexto, a iniciativa privada não perde a oportunidade de negociar novos investimentos que resultam em *prestígio social* e, o mais importante, em lucros.

Como já exposto anteriormente, grande parte da população afirma categoricamente que agora se sente mais segura com a chegada da UPP. Mas não só a população que vive ali está satisfeita. Os jovens e velhos investidores dos mais variados ramos também se alegram, pois a tal *segurança garantida* os convocam para ali montarem seus empreendimentos e criarem laços lucrativos com novos endividados. Os investidores e também os moradores veem na UPP uma oportunidade para aquecer a chamada economia

⁵⁵ Este ano os preparativos estão ocorrendo para se preparar para a versão da FLUPP 2013, que ocorrerá em novembro.

⁵⁶ Sobre esta obra, ainda sem tradução para o português, ver resenha de Leandro Siqueira (2012) publicada na *Revista Ecológica* no. 5, disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/14987/11184>>. Acessado em 22/10/2013.

local das favelas, atravessados pelo discurso de que a presença policial ostensiva fomenta a introdução de novos negócios na região. O diretor de uma grande rede varejista de comércio já atuante em favelas cariocas diz: “As comunidades têm um perfil de público-alvo que corresponde ao nosso. O sucesso das lojas nesses locais é nossa assinatura embaixo da proposta de pacificação do governo”⁵⁷. Afirma-se, também, que a chegada de empresas no interior das favelas representa avanços na cidadania e na inclusão. Desta maneira, moradores locais se contentam em saber que a chegada da pacificação abre espaço para empreendimentos que também geram emprego para conseguirem pagar suas dívidas atuais, futuras e eternas com *moedas sociais*⁵⁸, cartões de crédito, cheques especiais e linhas de microcrédito para futuros empreendedores.

Entre os novos negócios, em abril de 2012 chegou ao morro de Santa Marta a primeira agência de publicidade instalada em uma favela no Rio de Janeiro. A agência que viu na favela uma nova fonte de lucro é a NBS e está no mercado há 10 anos. Sua instalação na região tem um objetivo claro: tocar o Projeto Rio+Rio bem de perto das pessoas que são o alvo final das empresas que contratarão a agência, empresas estas que buscam aumentar a visibilidade de sua marca para a população de baixíssima renda. O projeto propõe, além de desenvolver estratégias de publicidade, estimular empresas a criarem produtos e serviços “personalizados” ao perfil das pessoas que vivem ali. Um dos clientes da agência que aderiu ao Projeto Rio+Rio foi a empresa O Boticário, que realizou,

⁵⁷ Disponível em <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1204835>> Acessado em 05/06/2013.

⁵⁸ Em 15 de setembro de 2011 foi lançado na Cidade de Deus o primeiro Banco Comunitário, na cidade do Rio de Janeiro, com apoio da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário. O Banco Comunitário tem sido experimentado também em outras favelas. Utiliza a moeda social como dinheiro e concede crédito produtivo para beneficiários do Programa Bolsa Família, entre outras “vantagens” para a população. Em alguns moedas sociais, as notas de dinheiro leva estampada o rosto de alguns moradores.

para comemorar a parceira, um baile de debutantes especial para moradoras de Santa Marta⁵⁹. O baile fez muito sucesso e depois disso vários outros foram organizados nas favelas com UPP, inclusive sendo o “príncipe” que dança com a debutante policial da UPP.

Contudo, os investidores não se aproximam das favelas somente com suas empresas, eles também estão ali para oferecer infindáveis cursos gratuitos ou de baixo custo voltados às mais variadas capacitações, desde que úteis para o negócio inicial, posto que indivíduos capacitados podem servir de mão de obra para os próprios negócios que ali iniciaram.. Além de cursos de capacitação profissional, especialmente em regiões com UPP, a atuação de ONGs, institutos, associações, etc. em parceira com a UPP Social é igualmente intensificada pela pacificação. Em meio a aulas de futebol, handball, vôlei, basquete, natação, muaythai, caratê, música, ginástica, curso de modelo, atividades especiais em datas comemorativas (como natal, páscoa, dia das crianças, etc.) reforço escolar, festas de debutantes, programação de férias, oficinas, mostras de cinema, shows, espetáculos, cursos gratuitos de informática, inglês, espanhol, beleza, gastronomia, entre outros tantos⁶⁰. A atenção volta-se para a formação de crianças e jovens.

Segundo a UPP e a UPP Social, é preciso criar a nova geração a partir de uma nova perspectiva: da polícia como *cidadão de bem* que cumpre seus deveres e respeita o Direito, assim como cada uma das crianças e jovens devem ser para terem um futuro feliz e viverem em paz. Em busca de cumprir esse objetivo, os programas em parceria com o cartunista

⁵⁹ Disponível em <<http://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/noticias/2012/04/26/NBS-lan-ca-Rio-Rio-e-anuncia-unidade.html#.URKvwB00WSo>> Acessado em 08/06/2013.

⁶⁰ Cada um dos itens citados são atividades de fato realizadas pela UPP Social e podem ser vistas no site do Programa, nos canais “Notícias” e “Agenda”. Disponível em <<http://www.uppsocial.org/>>

Ziraldos elaboraram a cartilha *UPP: a conquista da paz*⁶¹ para conscientizar as crianças sobre a “importância” da presença da polícia na favela e ilustrar quais são os significados do cidadão de bem, segundo a cartilha: “Ser CIDADÃO parece uma coisa complicada. Mas não é. Ser cidadão é a gente ter conhecimento dos nossos DIREITOS e dos nossos DEVERES. Ah, sim: e é, também, saber exigir esses direitos e cumprir nossos deveres”.

Sobre essa aproximação entre crianças e polícia, Alessandro Luís Corrêa tentou apontar como esse aspecto se coloca como uma ampla dinâmica, analisando a postura dos policiais com as crianças possibilitando “a compreensão [de] que os policiais contribuem para o desenvolvimento infantil, assim como tem garantido os direitos básicos das crianças”⁶². A cartilha é distribuída para as crianças a fim de educá-las.

Em conjunto com a análise de Corrêa, a cartilha explicita o que está em jogo: formar jovens obedientes, dóceis, prudentes e, acima de tudo, jovens que estimam e veneram a ordem. Essa é a finalidade do Estado e o princípio de sujeitos educados para ele, são novas adaptações e capturas para governo das condutas.

Ao mesmo tempo em que novidades chegam às favelas, os negócios crescem. Outra atividade lucrativa aparece agora com mais ânimo ainda: o turismo ganha nova dimensão e intensidade com a pacificação. O turismo já era procurado por estrangeiros desde meados da década de 1980, mas era rara a “visita” às favelas, quando comparadas com o que ocorre desde 2008. Agora, conhecer a realidade local de uma favela considerada transformada pela pacificação é parte constitutiva de qualquer programa que contenha os pontos turísticos da

⁶¹Disponível em <http://www.upprj.com/upload/multimedia/Cartilha_Ziraldos_UPP.pdf> Acessado em 04/02/2013.

⁶² Disponível em <http://www.upprj.com/upload/estudo_publicacao/Artigo_sobre_rela%C3%A7%C3%B5es_dos_policiais_com_crian%C3%A7as_na_UPP_S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_Matriz_Quieto.pdf> Acessado em 12/10/2013.

cidade do Rio de Janeiro, mas sempre com a recomendação de que se faça o “passeio” acompanhado por guias turísticos.

Santa Marta aparece como o “turismo profissional”. Em viagem realizada ao Rio de Janeiro⁶³ mantive contato com muitos desses turistas que sempre estão acompanhados por um guia (identificado como morador da favela que apresenta). Há anos, isso virou negócio. Segundo os moradores: “pode aquecer a economia local”. Para além das conhecidas agências como *Jeep Tour*, *Exotic Tours*, *Favela Tour*, *Turismo na favela*, *Brasilidade: turismo e experiência no Santa Marta*, entre outros, há também muitas pessoas que se organizam diretamente com *hostel* se hotéis para fazer um tour mais barato, já que as citadas agências cobram de R\$ 30,00 a 110,00 por pessoa – número que varia de acordo com o tamanho da favela que será conhecida e se o tour será realizado a pé, de *jeep* ou utilizando ambos. Essa atividade conta com a apresentação de vistas panorâmicas da cidade para que os turistas tirem suas fotos para instantaneamente postar nas redes sociais o lugar “exótico” que está. Durante a “visitação”, os turistas têm a oportunidade de comprar, em pequenas tendas, produtos artesanais⁶⁴ produzidos pelos moradores da favela, conforme indicam os guias⁶⁵.

A procura por esses *tours* é grande, e não mais só entre os estrangeiros, mas agora também entre os brasileiros. Segundo uma pesquisa aplicada pela FGV, mais de 50% dos

⁶³ Estive no Rio de Janeiro no período de 20/01/2012 a 30/01/2012; e este ano novamente durante o mês de julho. Durante esses períodos pude conhecer, sem agenciadores de turismo, as favelas da Rocinha, Vidigal, Tavares Bastos e Complexo do Alemão. Com uma guia turística conheci a Santa Marta, o que foi uma experiência interessante para entender como funciona esse turismo e quais são as expectativas dos moradores em relação a essa prática que funciona como um empreendimento.

⁶⁴ Na favela de Santa Marta procurei por uma tenda com os produtos artesanais. Encontrei uma loja com produtos industriais, desde chaveiros do Cristo Redentor em miniatura até camisetas com “I love Rio de Janeiro”. Santa Marta tornou-se ponto turismo após ganhar a instalação de uma Unida de Polícia Pacificadora.

⁶⁵ Antes de subir no morro da Santa Marta, conversei com uma guia da favela e obtive essas informações confirmatórias.

turistas estrangeiros e 58% dos brasileiros chegam à cidade com a intenção de conhecer uma favela de perto⁶⁶. O levantamento⁶⁷ referente ao número de turistas que visitaram o bondinho do Pão de Açúcar e o teleférico do Complexo do Alemão em novembro de 2012, o número de visitas ao teleférico registrou mais que o dobro de visitas ao bondinho do Pão de Açúcar.

Em torno dessa espetacularização da cidade, a valorização imobiliária também está em jogo, especialmente das favelas da Zona Sul da cidade, como Vidigal e Rocinha⁶⁸. Resultado do proclamado sucesso da pacificação que levou investidores para essas regiões e brasileiros e estrangeiros interessados em viver ali, num lugar agora avaliado como uma *comunidade segura* e com “vista linda para o mar”, o custo elevado dos alugueis promovem o deslocamento de muitos moradores para outras favelas, localizadas na Zona Norte ou na Baixada Fluminense. Ao mesmo tempo, moradores do “asfalto” começam a se mudar para as favelas, pois não é somente

nos edifícios da Zona Sul que a procura por apartamentos está acirrada. Com os imóveis cada dia mais valorizados, alugar alguns metros quadrados na região mais nobre da cidade se tornou algo bem difícil. Dados do Sindicato da Habitação do Rio de Janeiro (Secovi-Rio) revelam que, em média, a locação praticamente dobrou de preço, apenas nos últimos três anos. Para morar em bairros como Copacabana, Ipanema e Leblon, é cada vez mais comum ver pessoas trocando endereços no asfalto por residências no alto das comunidades pacificadas (Jornal *O Globo*, versão digital do dia 11/07/2013)⁶⁹.

⁶⁶ Disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/mais-da-metade-dos-turistas-quer-conhecer-favelas-do-rio-7349831>> Acesso em janeiro de 2013.

⁶⁷ Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/11477>> Acessado em 16/03/2013.

⁶⁸ O Jornal *O Globo* mostrou que ainda em 2010 alguns imóveis já tinham apresentado um aumento de 400% nos valores de imóveis localizados em alguns favelas cariocas. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/imoveis-em-favelas-com-upp-sobem-ate-400-3001504>> Acessado em 13/04/2013.

⁶⁹ Disponível em <<http://oglobo.globo.com/bairros/moradores-do-asfalto-se-mudam-para-comunidades-pacificadas-8989666>> Acessado em 11/07/2013.

As favelas atualmente integram um cenário idealizado para a realização dos interesses do mercado e do Estado nestes territórios e em suas populações. Passou a haver a regulamentação de “serviços”, como luz, água, IPTU, TV a cabo, etc..Essa visibilidade também transformou a estética da favela, que passou a ganhar nome nas ruas, casas coloridas, novas construções e reformas com o investimento dos governos em áreas de atuação específica, como é o caso do Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais, mais conhecido como Morar Carioca⁷⁰. Constata-se neste contexto que o atual planejamento da cidade do Rio de Janeiro passa a ser elaborado a partir da ideia de uma “cidade-empresa” que está voltada tanto para grandes negócios quanto para uma gestão empresarial (Brito: 81). Para receber os megaeventos, a cidade demandou um conjunto de intervenções para aprimorar espaços urbanos que causam variados impactos, especialmente para os que vivem em regiões onde novos empreendimentos serão construídos. Em busca de “preparar” a cidade, ocorre uma

formatação e viabilização de um modelo empresarial de cidade que, além de direcioná-la para os grandes negócios empresariais, veicula-a a uma gestão empresarial propriamente dita. É nesse contexto que se destacam em especial os megaeventos esportivos e culturais como pólos dinâmicos do empresariamento urbano (Brito, 2013: 97).

A política de pacificação regula os espaços tidos como estratégicos para essa *empresa-cidade*, pois a segurança valoriza empreendimentos e garante a aproximação de mais investidores, não só em pelo “asfalto”, mas também e, especialmente, nas favelas. Toda a política de pacificação funciona então como um investimento, visto como oportunidade por grande parte da população das favelas, e gerencia misérias tal como uma

⁷⁰ Lançado em julho de 2010 durante a primeira gestão no prefeito Eduardo Paes. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=1451251>> Acessado em 18/12/2012.

empresa. Essa população classificada, agora, em ascensão financeira, tornou-se o novo alvo consumidor.

Essa exposição do funcionamento e de efeitos da UPP Social desponta para a constatação de um intenso *investimento social* realizado nas favelas cariocas. Essa noção afasta o caráter filantrópico das ações sociais para incorporar elementos utilizados pelo setor privado à gestão, fazendo com que essas atividades funcionem com o mercado e assim se estabeleçam como *negócios sociais*, ou seja, intervenção social destinada aos classificados como vulneráveis que gerem lucros (Augusto, 2012: 93-94). Verifica-se, portanto, o gerenciamento empresarial tanto para o governo da cidade quanto para o gerenciamento do que a margem, com suas misérias como potenciais de lucro e, a partir disso, manter-se apaziguada.

Desdobramentos da política de pacificação

Das discussões mais recentes acerca da política de pacificação da cidade do Rio de Janeiro, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República lançou neste ano de 2013 o Boletim de Análises Políticas-Institucional que conta com uma sessão dedicada ao tema. O IPEA tem como objetivo produzir, articular e disseminar conhecimento que aperfeiçoe políticas públicas como forma de contribuir para o planejamento e desenvolvimento brasileiro.

A sessão dedicada a discutir a política de pacificação foi escrita por Rute Imanishi Rodrigues (técnica de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea); e Eugênia Motta (pós-

doutoranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ). No artigo, as autoras apresentam brevemente o ideal da política de pacificação e mostram como se dá a participação da sociedade civil nesse contexto, a partir de entrevistas com pessoas que trabalham em ONGs, associação de moradores e entidades religiosas que amparam interesses públicos, e de observação participativa em reuniões, fóruns e seminários acerca deste assunto, assim como avaliação do material divulgado por essas organizações.

Segundo as autoras, as ONGs têm ocupado cada vez mais espaço nas favelas e este aumento pode ser relacionado com a ampliação do acesso de jovens que moram em favelas à universidade (Cf. também Valladares, 2010)⁷¹ que passam a exercer atividade remunerada nessas ONGs caracterizadas por serem “organizações locais” que procuram valorizar a favela por meio de projetos sociais e culturais. As autoras destacam a atuação dessas ONGs presentes em todas as favelas que contam com a instalação de uma UPP, sendo que muitas desempenham “papel de destaque na estratégia de implantação das UPPs, (...) notadamente no componente de capacitação dos profissionais de segurança pública em direitos humanos e mediação de conflitos, e na reinserção social de egressos do sistema prisional” (Rodrigues; Motta, 2013: 34). Essas organizações funcionam por meio de “parcerias com empresas privadas e meios de comunicação de massa que mantêm redes de relacionamento com áreas de favelas” (Idem: 35).

Há também as ONGs responsáveis por monitorar as práticas da polícia. Estas organizações locais costumam compor redes de relacionamento com organizações maiores voltadas para os direitos humanos. São em grande medida procuradas nos episódios de

⁷¹ Uma pesquisa complementar poderia situar o investimento privado em ensino superior nas regiões periféricas das metrópoles, formando intelectuais com a função de envolverem-se nas modulações (Cf. Passetti, 2011; 2013).

ocupação do território que será instalada a UPP, pois considera-se este o momento de tensão para os moradores que podem ter suas casas invadidas e serem abordados pela polícia com maior incidência e brutalidade do que o habitual, embora a política de pacificação seja composta por estratégias de policiamento de proximidade. No entanto, é recorrente o relato de moradores de favelas com UPP já instalada que sofrem repressão policial e nesse sentido, Rodrigues e Motta sugerem a necessidade de implantação de uma ouvidoria de polícia independente que seja “designada por órgãos com participação majoritária de organizações da sociedade civil e que promova o controle externo da atividade policial” (idem: 35). Ou seja, a necessidade de uma *polícia da polícia*, orquestrada por uma articulação da sociedade civil com canal de fiscalização diretamente conectado com o Estado, aparece aqui mais uma vez, agora relacionada à sociedade civil.

Os dois grandes obstáculos colocados pelas autoras para consolidação da política de pacificação é a questão da estrutura da polícia ser militar e o medo dos grupos ostensivamente armados e organizados pelo tráfico de drogas ilegais. O artigo também procura mostrar como se dá o funcionamento da UPP Social, vinculando esse programa é um desdobramento do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), lançado em 2007, e que incentiva

práticas de policiamento comunitário por meio de um conjunto de ações do Ministério da Justiça voltadas para a capacitação e a valorização das forças policiais dos estados. O Pronasci também ofereceu um conjunto de ações sociais, derivado de programas federais já existentes e alguns novos, a ser aplicado nos denominados Territórios da Paz, em geral áreas com altos indicadores de pobreza e violência (...). Em sua concepção original, o Pronasci pretendia implantar um modelo de gestão que coordenasse a atuação dos entes federados no programa e que garantisse, ainda, a participação da sociedade civil (Idem: 36).

Rodrigues e Motta lembram o Pronasci para sinalizar que na cidade do Rio de Janeiro há certa dificuldade em articular instituições às esferas de governo, pois a atuação

das chamadas políticas sociais nos dias de hoje estão divididas por variados gestores, ao contrário do que se efetivou a partir da parceria entre governo federal e estadual no âmbito da segurança pública. Nesta perspectiva, o que ocorre atualmente é sinalizado como uma duplicação das práticas de ações sociais, pois o governo federal atua no setor sob a nomenclatura de Territórios da Paz, enquanto o governo municipal atua através da UPP Social.

Neste cenário, as autoras procuram mostrar que falta uma melhor integração entre os programas sociais, entre si e em relação ao programas de urbanização e regularização fundiária por exemplo, e que esses devam chegar em todas as regiões que possuem UPP, já que há vantagens na política de pacificação, afirmando que

As UPPs tiveram grande aceitação por parte da opinião pública em sua fase inicial, o que estimulou a chegada, nas favelas pacificadas, de outros atores, tanto da própria sociedade civil quanto do mercado. Muitas organizações, nacionais ou internacionais, viram neste novo processo a possibilidade de atuar nas favelas e trouxeram consigo oportunidades para organizações locais e muitas ações pulverizadas, mas com recursos. Outra “invasão” que acompanha as UPPs é a de diversas empresas que enxergam novas oportunidades de negócios. É comum que os negócios venham acompanhados também de projetos sociais. A mistura entre a possibilidade de novos negócios e a “ajuda” leva muitas organizações da sociedade civil a situações específicas de parceria (Idem: 37).

Assim, a sessão do Ipea dedicada a discutir a política de pacificação encerra com exposição das autoras para o que chamam de “lacuna” desta política, isto é, uma fragmentação da ação governamental e ausência de uma instituição mediadora dos conflitos entre polícia e sociedade civil. Atentam, portanto, para a necessidade de um órgão de controle externo da atividade policial com garantia da participação da sociedade civil que priorize “ações relacionadas à ampliação do acesso à Justiça, reintegração de egressos do sistema prisional, proteção e assistência a grupos vulneráveis à violência e demais temas relacionados à defesa de direitos dos moradores de favelas” (idem: 37).

É com base justamente nesse discurso, o da mediação de conflitos, aqui apresentado que muitas ONGs exercem suas atividades. Em relação então aos mediadores de conflitos que ocupam as favelas cariocas em busca de abrir diálogo entre sociedade civil, facções do narcotráfico e a polícia, o AfroReggae ocupa lugar de destaque neste setor. A ONG, fundada pelo empreendedor José Junior em, 1993, é tida atualmente como um *case social*. Sua atuação movimenta R\$ 20 milhões por ano, emprega diretamente 400 pessoas e sustenta 50 projetos nas favelas do Rio de Janeiro⁷².

No entanto, a boa relação de José Junior com traficantes e policiais ficou estremecida nos últimos meses. Ele foi jurado de morte por traficantes do Complexo do Alemão e Complexo da Penha, episódio evidenciado por meio de escutas telefônicas que registraram uma conversa entre Marcinho VP, do Comando Vermelho, e Fernandinho Beira-Mar, atualmente encarcerados na penitenciária de Catanduvas. O clima tenso entre eles começou quando José Junior denunciou que o líder da Assembléia de Deus dos Últimos Dias, Marcos Pereira, com quem mantinha, até então, boas relações por mediar conflitos juntos, cometeu estupros, relacionava-se com o tráfico carioca e teve envolvimento em ataques de facções à cidade. Após a denúncia passou a receber ameaças e desde então é escoltado por uma viatura da PM, um camburão da Core (Coordenadoria de Recursos Especiais) e mais dois policiais do Bope, pagos pelo banco Santander, que fazem sua segurança 24 horas por dia quando estão em seus horários de folga.

A denúncia foi feita em março de 2012. Marcos Pereira foi preso no dia 7 de maio de 2013. Dias após sua prisão, a unidade do AfroReggae no Complexo do Alemão foi atacada por tiros e poucos dias depois a unidade da Penha foi incendiada. A resposta de

⁷²Cf. reportagem “Mercado para morrer” de Karla Monteiro publicada na *Revista Trip*, edição impressa de setembro de 2013, no. 225, pp. 23-31.

José Junior a esses acontecimentos foi dada por meio da imprensa, falou para a *Revista Veja* e no *Jornal Nacional*. Também lançou com apoio de famosos a campanha “A pacificação é nossa, o Afroreggae é nosso, deixem o Rio em paz”⁷³ em jornais e na internet no dia 23 de agosto de 2013 em busca de valorizar o AfroReggae e a pacificação. Perguntado pela reportagem da *Revista Trip* sobre quais foram os resultados da campanha até agora, José Junior conta:

O Fluminense entrou em campo com a faixa da campanha. O Corinthians meteu a hashtag #forçaafroreggae na camisa. Aí o Vasco foi além, entrou com a faixa e com a hashtag. O Rappa gravou um vídeo, postou. Aí veio o Concerto pela Paz, para comemorar os 20 anos do AfroReggae e pela pacificação, Teatro Municipal lotado. Agora já tem planejado um grande evento de meditação. A gente tá criando um conceito de que todo mundo foi atingido por aqueles tiros. Conseguimos 121 milhões de acessos, uma adesão do caralho (Cf. entrevista publicada na *Revista Trip* no. 225: 30).

De fato, a campanha vingou. Na rede social *Facebook*, por exemplo, há 95.478 “curtidas” na *fanpage* da campanha; a *fanpage* da UPP Social, carro-chefe da política de pacificação no Facebook, conta somente com 3.438 “curtidas”⁷⁴, o que mostra o sucesso comparativo da campanha.

Ao ser questionado sobre o que as UPPs levaram para o Rio de Janeiro, José Junior diz acreditar no potencial da política de pacificação e responde:

Autoestima. O morador da favela passou a ser menos discriminado. E tem uma conquista pessoal, de a pessoa ter acesso a créditos que antes não tinha. O favelado começa a ser um cidadão. O poder público hoje entra nas favelas, através da coleta de lixo, dos serviços da Light. (...) A UPP, a pacificação, é a melhor coisa que aconteceu no Rio de Janeiro nos últimos tempos. Ter um programa de governo na área de segurança é do caralho. Bater na UPP hoje, enfraquecer a UPP, é retrocesso. (Cf. entrevista publicada na *Revista Trip* no. 225: 31).

⁷³ O vídeo da campanha encontra-se disponível no link: <http://www.youtube.com/watch?v=DHFwuauHW7M>. Acessado em 28/08/2013.

⁷⁴ Números consultados no dia 28/10/2013.

Essa visão se consolida e ganha espaço na mídia. Além dos meios de comunicação já citados que utilizam os mesmos argumentos, outra mídia importante e que ganha uma visibilidade maior, não tanto por chegar a muitas pessoas, mas sim por certa credibilidade que apresenta, é o cinema. No filme *5x pacificação* todas as características da política de pacificação são apresentadas como positivas: a UPP salva a comunidade; leva qualidade de vida; direitos; cidadania; participação; cria relações amistosas entre moradores e policiais; e eleva o potencial econômico pois possibilita a geração de novos empreendimentos lucrativos são exemplos expostos no filme.

Contudo, quando reportagens criticam a política de pacificação para seu aperfeiçoamento, rapidamente o discurso que diz “falhas acontecem” é incorporado para justificar mortes, desaparecimentos e invasões nas favelas: *é o mal necessário para a chegada do bem*. As nove mortes executadas no Complexo da Maré em julho deste ano explicita esse descaso. Talvez o caso do pedreiro Amarildo tenha se mostrado como um caso mais preocupante pela mídia. No entanto, o Amarildo é só o rosto de uma estatística que aponta o crescimento do número de desaparecimentos nas favelas cariocas com UPP em comparação à diminuição dos homicídios (ver gráfico 1 no material anexo). O sumiço de Amarildo e de tantos outros rostos sem nome somente explicita o limite dessa política, ou desaparecer é “menos pior” do que morrer?

Em conjunto, UPP e UPP Social formam o duplo da política de pacificação da cidade do Rio de Janeiro. Mesclando militarização com ações sociais e polícia de proximidade, pretende instaurar um estado de paz. Com seus lemas de *segurança humana* e *cultura da paz* destinados a lugares e pessoas classificados como vulneráveis para que essas atinjam a categoria de seres resilientes, busca-se educar novas subjetividades de crianças e jovens. Está em jogo uma

Educação para *melhorar hoje* para dar maior *segurança* no futuro: aprender a gerir a escassez é também *melhorar* as condições de vida nas periferias, incentivo a participar, exercitar-se em discussões democráticas com tomadas de decisões nas escolas por meio de encenações de situações, jogos ou enfrentamento de uma controvérsia circunstancial, combiná-las com internet, fazer da vida um jogo a partir de simulações e constituir a conduta da criança *resiliente*” (Passetti, 2013: 113).

Com as normativas indicadas em variadas cartilhas e diretrizes internacionais que objetivam a criação de espaços seguros para a inclusão dos vulneráveis, formação do ser resiliente e do polícia de si e dos outros, grande parte da população governada adere às normas e a uma conduta obediente, fazendo de suas vidas uma inovadora sobrevivência que se adapta ininterruptamente ao meio. No entanto, a faísca da batalha começou a incendiar as ruas nos últimos meses no Brasil e, em especial, na cidade do Rio de Janeiro essa luta se mostra cheia de vitalidade. Ao que parece, mesmo diante de tanta solicitude, há ainda o radicalismo preciso e precioso de quem escapa para combater a polícia, seja ela qual for.

Bibliografia

- AUGUSTO, Acácio. “Penalizações a céu aberto, uma política planetária”. In: *Revista Ecopolítica*. São Paulo: PUC-SP/Nu-Sol/Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica*, no. 4, 2012.
- _____. *Política e polícia. Cuidados, controles e penalizações de jovens*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.
- BATISTA, Vera Malaguti. *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro - Dois Tempo de uma História*. Rio de Janeiro: Editoria Revan, 2003.
- _____. “Memória e medo na cidade do Rio de Janeiro”. In: *Revista O Olho da História*, n. 14, Salvador, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.

- BRITO, Felipe. “Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas”. In: *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. Felipe Brito e Pedro Rocha Oliveira (Orgs). São Paulo: Boitempo, 2013. pp. 79-114.
- BUENO, Eduardo. *Brasil: uma História. A incrível saga de um país*. São Paulo, SP: Ed. Ática, 2003.
- Censo Demográfico 2010. *Aglomerados Subnormais – Primeiros Resultados*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf> Acesso em janeiro de 2012.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter PálPelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. GuilhonAlbuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. “Poderes e estratégias”. In: *Ditos e escritos - repensar a política*, vol. IV. Manoel de Barros da Motta (org.). Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994, pp. 236-246.
- _____. *Os anormais*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010a.
- _____. “Crise da medicina ou crise da antimedicina”. In: *revista verve*, São Paulo: Nu-sol, v. 18, 2010b, pp. 167-196.
- _____. *Microfísica do poder*. Tradução e organização de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012.
- LOPREATO, ChistinaRoquette. “O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil” in *Revista verve*, São Paulo: Nu-Sol, v. 3, 2003, pp. 75-91.
- NU-SOL. “Comunidade”. In: *Verbetes*. Disponível em <<http://www.nu-sol.org/verbetes/index.php?id=30>>. Acessado em 07/09/2012.
- NU-SOL. “Segurança”. In: *Verbetes*. Disponível em <<http://www.nu-sol.org/verbetes/index.php?id=42>>. Acessado em 10/09/2012.
- NU-SOL. “Vulnerabilidade”. In: *Verbetes*. Disponível em <<http://www.nu-sol.org/verbetes/index.php?id=42>>. Acessado em 10/09/2012.
- NU-SOL. *Hypomnemata: Boletim eletrônico mensal do Nu-Sol*. São Paulo: Nu-Sol, 2010, no. 121.
- OLIVEIRA, Salete. “Anarquia e dissonâncias abolicionistas”. In: *Revista ponto-e-vírgula*, no. 1, PEPG Ciências Sociais, PUCSP: 2007. Disponível em

<<http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n1/artigos/pdf/11-SaeteOliveira.pdf>>.

Acessado em 21/10/2013.

- _____. “Política e resiliência – apaziguamentos distendidos”. In: *Revista Ecopolítica*. São Paulo: PUC-SP/Nu-Sol/Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica*, no. 4, 2012.
- PASSETTI, Edson. PASSETTI, Edson. *Das fumeries ao narcotráfico*. São Paulo: Educ, 1991.
- _____. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. “Poder e anarquia”. In: *revista verve*, São Paulo: Nu-sol, v. 12, 2007, pp. 11-43.
- _____. “Fluxos libertários e segurança”. In: *revista verve*, São Paulo: Nu-sol, v. 20, 2011, pp. 49-78.
- _____. “Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica”. In: *Revista Ecopolítica*. São Paulo: PUC-SP/Nu-Sol/Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica*, 2013, vol. 5, pp. 81-116.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. “A guerra e a paz”. In *revista verve*. São Paulo: Nu-Sol, v. 19, 2011, pp. 23-71.
- ROGRIGUES, Rute Imanishi; MOTTA, Eugênia. “A pacificação das favelas do Rio de Janeiro e as organizações da sociedade civil”. In: *Boletim de Análise Político-Institucional / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Brasília: Ipea, 2013.
- ROGRIGUES, Thiago. *Política e drogas nas Américas*. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2004
- _____. “Ecopolítica e segurança: a emergência do dispositivo diplomático-policial”. In: *Revista Ecopolítica*. São Paulo: PUC-SP/Nu-Sol/Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica*, no. 5, 2013.
- _____. “Entrevista para Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica*”. In: *Revista Ecopolítica*. São Paulo: PUC-SP/Nu-Sol/Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica*, no. 6, 2013.
- SANTOS, André Luiz Teixeira. “O direito de morar no centro”. In: *Requalificação de cortiço*. Andrea Piccini (Org). São Paulo, SP: Ed. Annablume, 2002.
- VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- VAZ, Lilian Fessler. “Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro” in *Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, vol. XXIX (127): 1994. Disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122337718716iYL2uw3Xe43QN7.pdf>> Acesso em dezembro de 2011.

- Documentos

Agenda 21 Brasileira, 1992. Disponível em
<http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/Agenda21%20Brasil.pdf>.

Carta das responsabilidades humanas, 2007. Disponível em
<<http://interconexao.files.wordpress.com/2008/06/cartadasresponsabilidadeshumanas.pdf>>.

Carta da Terra, 1992. Disponível em
<http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/carta_terra_2000.pdf>.

Cultura de paz (UNESCO), 2000. Disponível em
<http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/cultura_da_paz.pdf>

Cultura de paz: da reflexão à ação, 2010. Disponível em
<<http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/direitos/direitos.html>>.

Declaração do Milênio das Nações Unidas, 2000. Disponível em
<http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/Declaracao_milenio_2000.pdf>.

Democracia e Participação no contexto da crise da representação, 2008. Disponível em
<<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ1BFF9F1BITEMID540715BB1C9B47D395499FA38E3E99FAPTBRNN.htm>>.

DHNET Direitos Humanos, 2000. Disponível em
<http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/manifesto_2000_UNESCO_cultura_da_paz.pdf>

Fundamentos da Polícia Comunitária, Secretaria do Estado de Segurança Pública – Polícia Militar do Rio de Janeiro. Disponível em
<<http://solatelic.com/cfap/pdf/PoliciaComunitaria.pdf>> Acesso em maio de 2012.

Manifesto 2000 UNESCO (Cultura da Paz), 2000. Disponível em
<http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/manifesto_2000_UNESCO_cultura_da_paz.pdf>.

Manual de seguridad preventiva y policia comunitaria, 2004. Disponível em
<<http://www.iepades.org/manual%20policias.pdf>>.

Manual de Policiamento Comunitário: polícia e comunidade na construção da segurança, 2009. Disponível em <<http://www.nevusp.org/downloads/down247.pdf>>.

O futuro que queremos – Economia verde, desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, 2012. Disponível em <https://www.utl.pt/admin/docs/4808_O-Futuro-que-queremos1.pdf>

Relatório Nacional da República federativa do Brasil sobre a implementação dos compromissos emanados na V Cúpula das Américas, Brasil: 2010. Disponível em <http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/relatorio_compromisso_brasil.pdf>.

UNESCO (2010). *Cultura de Paz: da reflexão a ação- Balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo*, 2010. Disponível em <http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/direitos/direitos.html>.

- Filme

Notícias de uma guerra particular. Direção: João Moreira Salles. Brasil, 1999.

5x pacificação. Direção: Cadu Barcellos, Luciano Vidigal, Rodrigo Felha e Wagner Novais. Brasil, 2012.

- Sites

UPP RJ <<http://www.upprj.com/>>

UPP Social <<http://www.uppsocial.org/>>

CPP <<http://coordenadoriapp.com.br>>

Agência de notícias das favelas <<http://www.anf.org.br/>>

A voz da comunidade <<http://www.vozdascomunidades.com.br/>>

Portal do Governo do Rio de Janeiro <<http://www.rj.gov.br>>

Portal Viva Rocinha <<http://vivarocinha.org/portal>>

Projeto Wikimapa <<http://blog.wikimapa.org.br/>>

Projeto FLUPP <<http://www.flupp.net.br/>>

Unesco <<http://www.unesco.org>>

Jornal Folha de S. Paulo <<http://www.folha.uol.com.br/>>

Jornal O Estado de S. Paulo <<http://www.estadao.com.br/>>

Jornal O Globo <<http://g1.globo.com>>

Jornal O Dia <<http://odia.ig.com.br>>

Jornal O Povo <<http://www.opovo.com.br>>

Anexos

Imagem 1: Complexo do Alemão

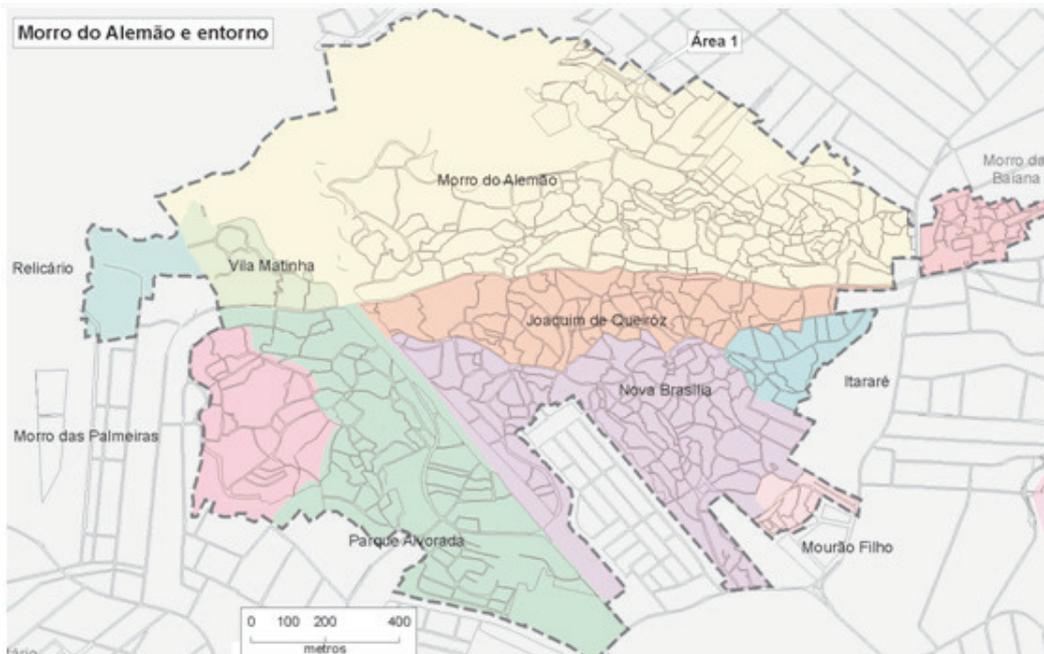


Imagem 2: Rocinha

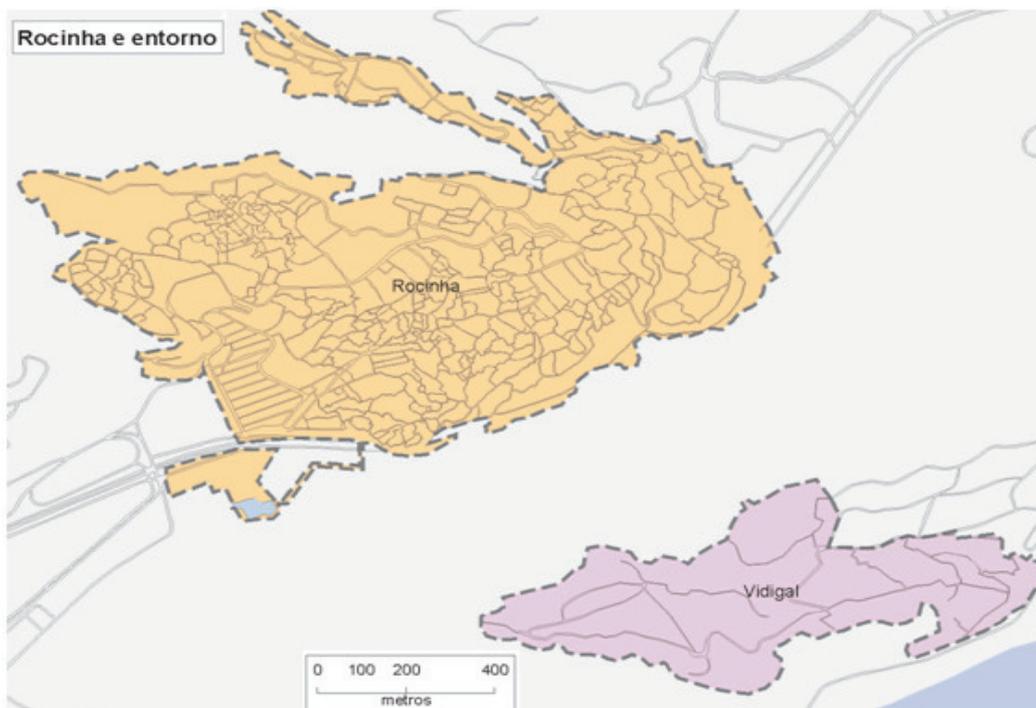


Imagem 03: Antigo site da UPP, designado por UPP Repórter e extinto em outubro de 2012.



GOVERNO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SEGURANÇA

UPP Repórter

Abraça essa ideia!

UPP REPÓRTER



"Queremos um policial com formação técnica e humanista." – Secretário de Segurança José Mariano Beltrame

Principal
Fale com a UPP
english version

BABILÔNIA | CHAPEU MANGUEIRA • CIDADE DE DEUS • MEDITAN • SANTA MARTA • UPP • RSS
THURSDAY, 17 SEPTEMBER 2009



MENU

- Babilônia
- Chapéu Mangueira
- Batam
- Cidade de Deus
- Comunidade UPP
- Santa Marta

LINKS

- Candidaturas Rio 2016
- Governo do Estado
- Secretaria de Segurança
- Polícia Militar
- Polícia Civil

UPP dá uma força para a Rio 2016

quarta-feira, 26 setembro, 2009
Por Pírcila Maroto



A capitão Fritilda Oliveira Azeredo, comandante da UPP de Santa Marta, estará em Copenhague, na Dinamarca, para o tão esperado anúncio da sede da Olimpíada de 2016. O convite foi feito pelas autoridades do COB que, durante reunião realizada em maio, conheceram detalhes do modelo de policiamento das UPPs. »

Palavra do Secretário



Palavra do Comandante



A LIÇÃO DA BOLA



PESQUISA

Search & Hit Enter

UPP PELO MUNDO




Conheça o comandante da paz

quarta-feira, 26 setembro, 2009
Por Analdar Lopes e Ricardo França

Com 25 anos de serviços prestados à Polícia Militar, o coronel José Vieira de Carvalho Júnior assume o seu maior desafio: comandar o recém-criado Comando de Policiamento Comunitário (CPCOM)... »

A cidade das pipas

quarta-feira, 26 setembro, 2009
Por Analdar Lopes

Um brinquedo de criança feito com papel fino e gravetos de bambu usado nas operações da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Cidade de Deus vem transformando a relação da comunidade com os policiais. »

Futebol une policiais e crianças no Batam

segunda-feira, 14 setembro, 2009
Por Analdar Lopes



Estórias de medos, repressões e violências se encontram em pequenos pés descalços que se juntam em um campo de terra batida, ao redor de uma bola, no Jardim Batam... »

A comunidade das casas coloridas

segunda-feira, 14 setembro, 2009
Por Analdar Lopes



Aproximado pelo Brasil, especialmente pelo Rio, cidade que visita anualmente há duas décadas, o inglês Andrew Strauss, de 47 anos, é adepto do "turismo sociológico"... »

Os primeiros passos da aproximação

domingo, 22 setembro, 2009
Por Analdar Lopes



A roda se forma, de repente, em uma praça famosa no alto da comunidade da Babilônia, no Leme, zona Sul do Rio, próximo à Escola da Tia Perci... »

EXPEDIENTE

Layout em por charlota e alterado por Giggis Tomsen

Imagem 04: Novo site da UPP, lançado em outubro de 2012.



Imagem 05: Site UPP Social, já com canais novos para redistribuição da grande quantidade de conteúdo e versão na língua inglesa disponível.



Gráfico 1: Estatística mostra o número de homicídios e desaparecimentos em territórios classificados como pacificados por possuírem UPP.

